

EBSERH

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2012**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Brasília, maio de 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012.

Brasília, maio de 2013

Ministro de Estado da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Presidente da EBSEH

José Rubens Rebelatto

Diretoria Administrativa Financeira

Walmir Gomes de Sousa: Diretor

Diretoria de Atenção à Saúde e Gestão de Contratos

Celso Fernando Ribeiro de Araújo: Diretor

Diretoria de Gestão de Pessoas

Jeanne Liliane Marlene Michel: Diretora

Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação

Cristiano Cabral: Diretor

Diretoria de Logística e Infraestrutura Hospitalar

Garibaldi Jose Cordeiro De Albuquerque: Diretor

Assessoria de Comunicação Social

Nair Rúbia Nascimento Baptista: Assessora

Auditoria

Gil Pinto Loja Neto: Auditor Geral

Coordenação Jurídica

Wesley Cardoso dos Santos: Coordenador

Ouvidoria

Josué Fermon Ribeiro: Ouvidor Geral

Equipe técnica responsável pela elaboração do documento:**Assessoria de Planejamento e Avaliação:**

Arthur Goderico Forghieri Pereira: Coordenador

Cláudia Simone Costa da Cunha

Frederico Jorge Ribeiro

Regina Célia Borges de Lucena

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1. A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	13
1.1. Identificação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH 13	
1.2. Finalidades e Competências Institucionais	14
1.3. Organograma Funcional	17
1.4. Macroprocessos finalísticos e de apoio.....	18
1.5. Principais Parceiros da EBSEH	20
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	22
2.1. Informações sobre o planejamento estratégico	22
2.2. Estratégias de atuação em 2012	24
2.2.1. Estruturação da Empresa	24
2.2.2. Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais.....	25
2.2.3. Adesão e Gestão dos Hospitais Universitários Federais	25
2.3. Execução do Plano de Ação em 2012.....	28
2.4. Indicadores.....	29
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO	32
3.1. Estrutura de governança.....	32
3.2. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno.....	38
3.3. Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal	41
3.3.1. Política de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	41
3.3.2. Demonstrativo da remuneração mensal de membros dos Conselhos	43
3.3.3. Demonstrativo sintético da remuneração mensal de membros de Diretoria e de Conselhos	44
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	45
4.1. Informações sobre Programas do PPA de responsabilidade da EBSEH.....	46
4.1.1. Informações sobre Programas Temáticos de responsabilidade da EBSEH	46

4.1.2.	<i>Informações sobre Objetivos vinculados a Programas Temáticos da EBSE RH</i>	47
4.1.3.	<i>Informações sobre Iniciativas vinculadas a Programas Temáticos da EBSE RH</i>	48
4.1.4.	<i>Informações sobre Ações de Programas Temáticos de responsabilidade da EBSE RH</i>	62
4.2.	<i>Informações sobre a execução orçamentária e financeira da despesa</i>	65
4.2.1.	<i>Identificação das Unidades Orçamentárias da EBSE RH</i>	65
4.2.2.	<i>Programação de despesas</i>	65
4.2.2.1.	<i>Programação de despesas correntes</i>	65
4.2.2.2.	<i>Programação de despesas de capital</i>	66
4.2.2.3.	<i>Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência</i> ...	67
4.2.3.	<i>Movimentação interna e externa de créditos</i>	69
4.2.4.	<i>Execução orçamentária da despesa</i>	71
4.2.4.1.	<i>Execução da despesa com Créditos Originários</i>	72
4.2.4.2.	<i>Execução orçamentária de créditos recebidos pela Unidade Jurisdicionada (UJ) por movimentação</i>	74
5.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO OÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..	76
5.1.	<i>Transferências de recursos</i>	77
5.1.1.	<i>Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício</i>	77
5.1.2.	<i>Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</i>	84
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	86
6.1.	<i>Composição do quadro de servidores ativos</i>	90
6.1.1.	<i>Demonstração da força de trabalho à disposição da EBSE RH</i>	90
6.1.2.	<i>Qualificação da força de trabalho</i>	91
6.1.2.1.	<i>Qualificação do quadro de pessoal segundo idade</i>	92
6.1.2.2.	<i>Qualificação do quadro de pessoal segundo escolaridade</i>	93
6.1.3.	<i>Demonstração dos custos de pessoal</i>	94
6.1.4.	<i>Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos</i>	95
6.1.5.	<i>Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos</i>	95
6.1.6.	<i>Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros de comunicação</i>	96
6.1.6.1.	<i>Atos sujeitos à comunicação do Tribunal por intermédio do Sistema de Avaliação e Registro dos Atos e Admissão e Concessões</i>	96
6.2.	<i>Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários</i>	97
6.2.1.	<i>Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva</i>	97

6.2.2. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos	98
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	99
7.2. Gestão do patrimônio imobiliário	99
7.1.1. Distribuição espacial de bens locados de terceiros	99
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	100
8.1. Gestão da tecnologia de informação (TI)	100
9. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	101
9.1. Gestão ambiental e licitações sustentáveis	101
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	104
10.1. Deliberações do Tribunal de Contas da União e do Órgão de Controle Interno no exercício	104
10.2. Recomendações do Órgão de Controle Interno no Exercício	106
10.3. Informações sobre a atuação da Auditoria Interna.....	107
10.4. Declaração de Bens e Renda estabelecida na Lei nº 8.730/1993	109
10.5. Declaração de Atualização de Dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e Sistema de Gestão de Convênios de Contratos de Repasse (Siconv)	110
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	111
11.1. Composição acionária da EBSEH	112
11.1.1. Composição acionária do capital social como investida	112
ANEXO: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS, PELA LEI 6.404/1976	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGHU: Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários

Andifes: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CCI: Comissão de Controle Interno

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

Dest: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

EBSERH: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

GM: Gabinete do Ministro

HU: Hospital Universitário

Ifes: Instituição Federal de Ensino Superior

LOA: Lei Orçamentária Anual

MEC: Ministério da Educação

MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Rehuf: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais

Siafi: Sistema Integrado de Administração Financeira

Siape: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

Siorg: Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SUS: Sistema Único de Saúde

Ufal: Universidade Federal de Alagoas

Ufam: Universidade Federal do Amazonas

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFC: Universidade Federal do Ceará

Ufes: Universidade Federal do Espírito Santo

UFGD: Universidade Federal Grande Dourados

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMA: Universidade Federal do Maranhão

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT: Universidade Federal de Mato Grosso

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFTM: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFPI: Fundação Universidade Federal do Piauí
UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS: Universidade Federal de Sergipe
UnB: Universidade de Brasília
UFPel: Fundação Universidade Federal de Pelotas
UFSM: Universidade Federal de Santa Maria
UJ: Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS

ITEM	TÍTULO	PÁG.
Quadro 1	Identificação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2012.	1
Quadro 2	Etapas e atividades da Pesquisa de Clima Organizacional. EBSEH, 2012.	10
Quadro 3	Cronograma de oficinas do Planejamento Estratégico da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, fevereiro de 2012 a março de 2013.	11
Quadro 4	Execução das metas do Plano de Ação 2012 da EBSEH: situação até dezembro de 2012.	16
Quadro 5	Quadro de indicadores do plano de reestruturação dos hospitais que aderirem à EBSEH.	18
Quadro 6	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	31
Quadro 7	Síntese da remuneração dos administradores.	32
Quadro 8	Programa de Governo constante do PPA – Temático	34
Quadro 9	Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ	35
Quadro 10	Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	36
Quadro 11	Síntese das Iniciativas de programa temático de responsabilidade da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2012.	48
Quadro 12	Iniciativas de programa temático de responsabilidade do Ministério da Saúde	49
Quadro 13	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	50
Quadro 14	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	53
Quadro 15	Programação de Despesas Correntes	53
Quadro 16	Programação de Despesas de Capital	54
Quadro 17	Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	55
Quadro 18	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	57
Quadro 19	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	60
Quadro 20	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários	61
Quadro 21	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	62
Quadro 22	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	63
Quadro 23	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	72
Quadro 24	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012	78
Quadro 25	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro de 2012)	79
Quadro 26	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2012	80

ITEM	TÍTULO	PÁG.
Quadro 27	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2012	81
Quadro 28	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	82
Quadro 29	Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	84
Quadro 30	Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	84
Quadro 31	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	85
Quadro 32	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	86
Quadro 33	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, locados de terceiros	87
Quadro 34	Gestão ambiental e licitações sustentáveis	89
Quadro 35	Composição acionária do capital social.	100

LISTA DE FIGURAS

ITEM	TÍTULO	PÁG.
Figura 1	Macroprocessos finalísticos e de apoio desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em 2012.	6
Figura 2	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: relações de governança e de controle.	8
Figura 3	Hospitais universitários federais, distribuição segundo regiões.	9
Figura 4	Instituições que manifestaram interesse de adesão à EBSEH até dezembro de 2012.	14
Figura 5	Estrutura de Governança da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.	20
Figura 6	Composição do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.	21
Figura 7	Composição da Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.	22
Figura 8	Composição do Conselho Consultivo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.	23
Figura 9	Composição do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	24

LISTA DE GRÁFICOS

ITEM	TÍTULO	PÁG.
Gráfico 1	Dotação Aprovada por Grupo de Despesa, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2012.	56
Gráfico 2	Dotação Executada por Grupo de Despesa, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2012.	59

INTRODUÇÃO

Este Relatório tem por objetivo apresentar as ações desenvolvidas e resultados obtidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, do Ministério da Educação, em atendimento às exigências dos órgãos de controle e em consonância com as normativas que dispõem sobre a sua organização e conteúdos. Para isso, está organizado em 11 capítulos, com a seguinte estrutura geral: os primeiro, segundo e terceiro capítulos apresentam a Empresa quanto ao seu perfil institucional, mecanismos de gestão e estruturas de governança e controle; do terceiro ao nono capítulo, estão descritos os resultados da gestão operacional, em seus vários aspectos, tais como execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, do patrimônio, da tecnologia da informação e ambiental; o décimo capítulo apresenta a conformidade e tratamento de disposições legais e normativas junto aos órgãos de controle; e o último capítulo descreve as informações contábeis. Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, os subitens que não se aplicam à natureza da Empresa ou não tiveram resultados em 2012 estão relatados no início de cada tópico.

A EBSEH foi criada em dezembro de 2011, frente à necessidade de assegurar as condições necessárias de estrutura e gestão para o adequado funcionamento dos hospitais vinculados às instituições federais de ensino e instituições congêneres. Nesse complexo campo de atuação, que perpassa vários setores do governo e múltiplas dimensões da saúde e da educação, vem construindo diretrizes que nortearão a sua gestão e, ao mesmo tempo, executando as operações necessárias para a assunção da gestão dos hospitais que já aderiram à Empresa.

Nesse período, pouco mais de um ano após a criação da Empresa, destacam-se três grandes realizações; a estruturação do espaço físico e quadro de pessoal para a sede da Empresa; o desenvolvimento do processo de adesão dos Hospitais Universitários; e o desenvolvimento e sistematização das ações do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários (Rehuf).

Destaca-se que essas ações foram desenvolvidas por uma equipe que, até outubro de 2012, era de cerca de 50 pessoas, entre ocupantes de cargos comissionados e funções gratificadas. A partir de outubro, esse quadro foi reforçado pela contratação

temporária de 51 empregados, por meio de processo seletivo público, para atender à necessidade de excepcional interesse público para implantação da EBSEH. Apesar da reduzida força de trabalho, a Empresa, além de conduzir as referidas ações, manteve, ao longo do ano, um forte trabalho de interlocução junto às instituições federais de ensino superior e instâncias relacionadas, para divulgação das diretrizes e esclarecimentos sobre a atuação da Empresa.

Este Relatório apresenta, dentro do conteúdo estabelecido, o panorama dessas realizações, por meio da apresentação de dados e informações que delas resultaram no exercício de 2012. A importância de disponibilizar este documento consiste não apenas no cumprimento do dever de prestar contas, mas pela possibilidade de apresentar à sociedade os resultados de sua atuação, de forma objetiva e transparente.

1. A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

1.1. Identificação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH

Quadro 1. Identificação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2012.

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código Siorg: 117267
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares		
Denominação Abreviada: EBSERH		
Código Siorg: 117267	Código LOA: 26443	Código Siafi: 155007
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: empresa pública		CNPJ: 15.126.437.0001-43
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3255-8900	
Endereço Eletrônico: ebserh@mec.gov.br		
Página na Internet: http://ebserh.mec.gov.br/		
Endereço Postal:		
Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Lote "C", Edifício Parque Cidade Corporate, Bloco "C", 1º pavimento, Asa Sul Brasília Distrito Federal – CEP: 70308-200		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<u>Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011</u>		
Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<u>Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011</u> : aprova o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e dá outras providências.		
<u>Resolução nº 01, de 31 de julho de 2012</u> , do Conselho de Administração: aprova o Regimento Interno.		
<u>Portaria nº 34, de 21 de agosto de 2012</u> : torna pública a aprovação, pelo Conselho de Administração, do Regimento Interno da EBSERH.		
<u>Portaria nº 35, de 22 de agosto de 2012</u> : torna pública a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da EBSERH pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 31 de julho de 2012, e pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.735/2005.		
<u>Portaria GM/MEC nº 442, de 25 de abril de 2012</u> : delega à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH o exercício de algumas competências descritas no Decreto no 7.690, de 02 de março de 2012, bem como no Decreto no 7.082, de 27 de janeiro de 2010.		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código Siafi	Nome	
155008	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares no Estado do Piauí	

CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

LOA: Lei Orçamentária Anual.

Siafi: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Siorg: Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal.

1.2. Finalidades e Competências Institucionais

Criada em dezembro de 2011, por meio da Lei nº 12.550, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação. A finalidade é a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição, a autonomia universitária¹. São competências da EBSERH, segundo a Lei nº 12.550/2011:

- I - administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- II - prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;
- III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;
- IV - prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos Hospitais Universitários Federais e a outras instituições congêneres;
- V - prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos Hospitais Universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e
- VI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

¹Finalidade definida no Decreto nº 7.661/2011, Estatuto Social da EBSERH.

Nos últimos anos, vieram à tona os principais problemas que afetam os Hospitais Universitários Federais,: o déficit financeiro crônico, causado pelo subfinanciamento decorrente da remuneração inadequada dos serviços assistenciais prestados; o sucateamento da infraestrutura física e tecnológica, devido à falta de investimentos ao longo de décadas e a carência de recursos humanos, provocada pelo gradativo esvaziamento dos quadros de servidores públicos federais, resultante de um longo período sem reposição de postos de trabalho por meio de concursos públicos.

Várias das soluções para esses problemas são estruturantes e vêm sendo implementadas no contexto do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf)². Esse Programa é uma iniciativa desenvolvida pelos ministérios da Educação e da Saúde com o objetivo criar condições materiais e institucionais para que os Hospitais Universitários federais possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde.

Entretanto, um dos problemas mais graves desses hospitais é a composição e manutenção da força de trabalho. Esta é uma questão que vem trazendo dificuldades motivando diversas ações judiciais. Em virtude do longo intervalo de tempo sem a realização de concursos para o provimento de vagas nesses serviçosas fundações de apoio às universidades foram, gradualmente, assumindo a contratação de uma folha de pessoal paralela à dos servidores públicos federais.

A fonte de recursos utilizada para o pagamento de pessoal terceirizado pelas fundações é o produto do faturamento de serviços para o SUS. Isso impactou sobre a deterioração da qualidade dos serviços, na medida em que aumentava o comprometimento da receita das instituições, com o referido pagamento de despesas de pessoal. Entre 2010 e 2011, foi identificada a necessidade de contratação emergencial de 7.659 funcionários para o desempenho de atividades fim, para evitar a desativação de leitos nesse conjunto de hospitais. A criação da EBSEH visou, portanto, responder a esse e outros problemas de gestão que dificultam o pleno cumprimento da missão desses hospitais.

A atuação da Empresa, portanto, está estruturada em duas grandes frentes de trabalho. A primeira delas é o apoio aos Hospitais Universitários Federais por meio do

² Criado em 2010, o Programa foi gerido pela Coordenação de Hospitais Universitários, pertencente à Diretoria de Hospitais Universitários Federais e Residência em Saúde (DHR), da Secretaria de Educação Superior (Sesu), deste Ministério da Educação. A Diretoria foi extinta, com a criação a EBSEH em 2011 e, a partir de abril de 2012, a Empresa assumiu, formalmente, a gestão do Rehuf.

Rehuf (que será detalhado adiante), e a segunda diz respeito à adesão desses hospitais (e congêneres), que passam, então, a contar com a gestão da Empresa. As duas formas de atuação exigem uma relação de parceria com esses hospitais, que vem sendo construída de forma a permitir a integração necessária para a obtenção dos resultados desejados.

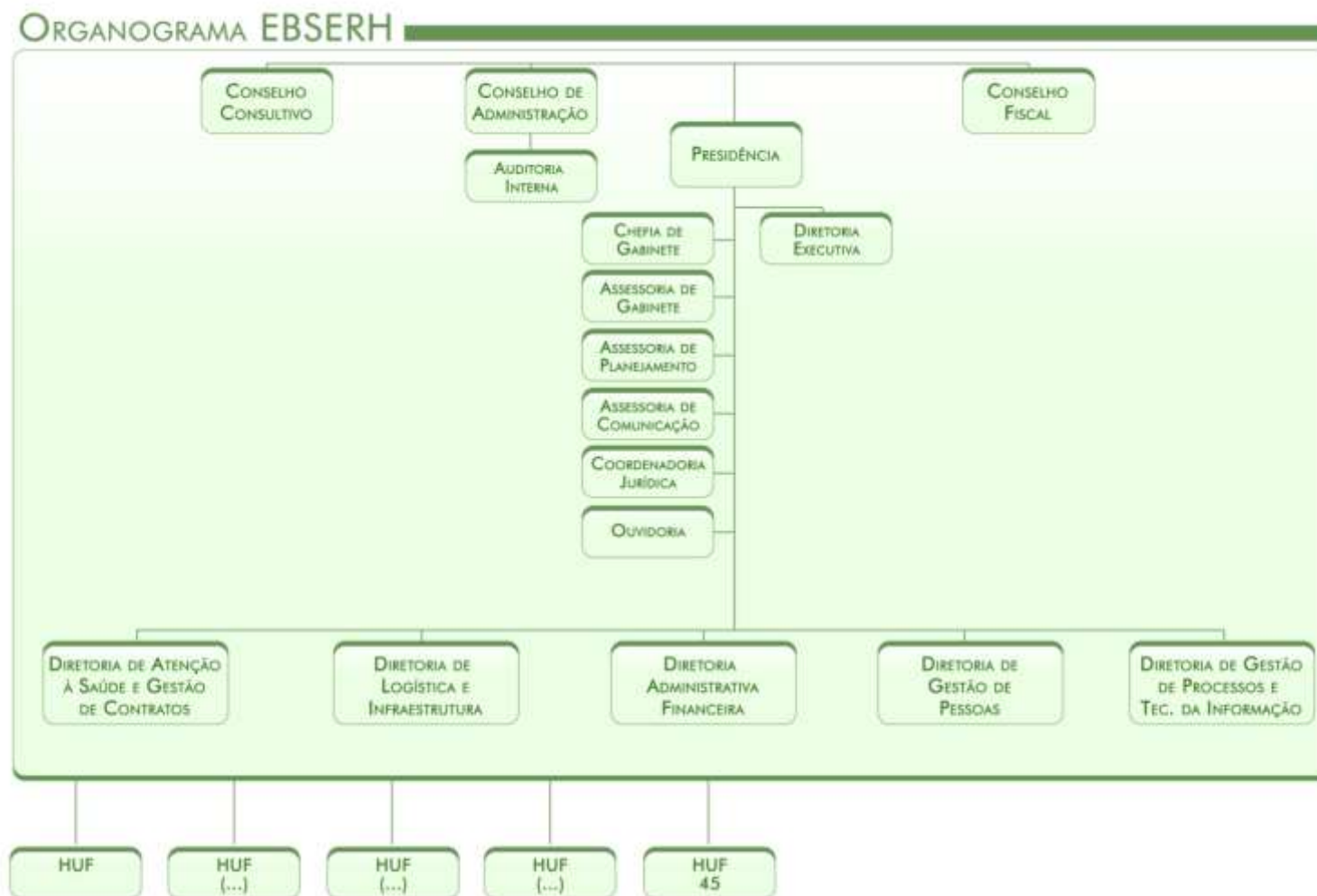
Para cumprir essas finalidades, a EBSEH possui órgãos de administração e de fiscalização. Essas instâncias estão organizadas numa estrutura de governança que compreende a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Consultivo como órgãos de administração, e o Conselho Fiscal e Auditoria Interna como órgãos de fiscalização.

O corpo diretivo da EBSEH é constituído pelo Presidente e pelas cinco Diretorias estabelecidas. A Presidência possui as seguintes estruturas de assessoria a ela vinculadas: a Chefia de Gabinete; a Coordenadoria Jurídica; a Assessoria de Planejamento e Avaliação; a Assessoria de Comunicação; e a Ouvidoria. As competências dessas unidades estão descritas no Regimento Interno da Empresa que, após a aprovação pelo Conselho de Administração, foi publicizado por meio da Portaria EBSEH nº 34, de 21 de agosto de 2012.

Os seguintes marcos iniciais podem ser destacados no exercício de referência:

- Estatuto Social, por meio do Decreto nº 7.661 de 28/12/2011;
- Nomeação do Presidente, em 14/02/2012;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da matriz, em 01/03/12;
- Regimento Interno, publicado em 21/08/12;
- Nomeação dos Diretores, de 13/04 a 09/11/2012.

1.3. Organograma Funcional



1.4. Macroprocessos finalísticos e de apoio

Durante o ano de 2012, foram identificados os macroprocessos, finalísticos e de apoio, segundo Diretorias da Empresa (Figura 1).

Figura 1. Macroprocessos finalísticos e de apoio desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em 2012.





Os seguintes produtos são esperados a partir da consecução desses macroprocessos: modernização da gestão; reestruturação física e tecnológica; recomposição da força de trabalho; e qualificação da gestão financeira e orçamentária. O resultado final esperado é a excelência na atenção à saúde e na formação profissional nos Hospitais Universitários e congêneres.

1.5. Principais Parceiros da EBSERH

Com relação à articulação externa, a Figura 2 apresenta algumas das relações estabelecidas com as Políticas Nacionais de Saúde e de Educação, bem como as estruturas de governança e controle a ela vinculadas.

Figura 2. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: relações de governança e de controle.

Relações de governança e controle

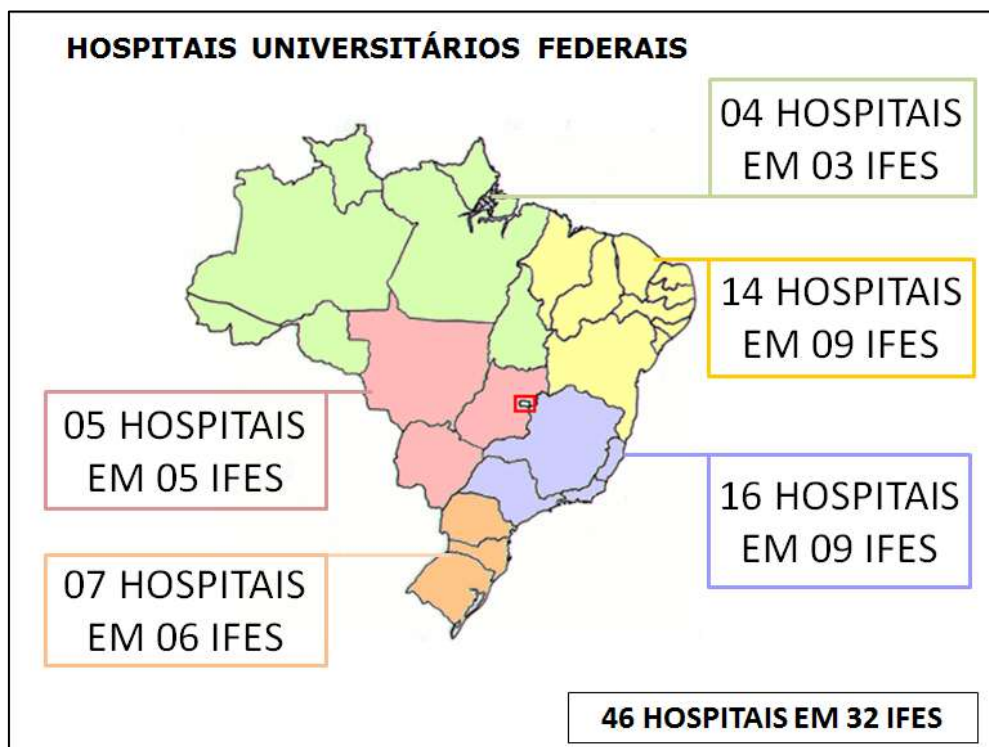


A estrutura da Empresa contempla a participação de quatro Ministérios em seus Conselhos de Administração e Fiscal: Saúde, Educação, Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão. Além disso, está vinculada às Políticas Nacionais de Educação e de Saúde, das quais também participam os Hospitais Universitários Federais, que constituem o foco da governança da Empresa. Esses órgãos se constituem como parceiros, tanto pela participação nas estruturas de governança, quanto pela contribuição nas diversas etapas de atuação da Empresa junto aos Hospitais Universitários.

Existem hoje 46 Hospitais Universitários Federais no país, em 32 instituições federais de ensino superior, distribuídos de acordo com a Figura 3. Esses hospitais têm um importante papel social na área da saúde, promovendo a qualidade da formação

profissional e da geração do conhecimento. Atuam na consolidação do Sistema Único de Saúde, pois respondem por parte significativa da formação e capacitação de profissionais no setor saúde. A maior parte deles corresponde a hospitais de grande porte com perfil de alta complexidade, sendo, muitas vezes, a unidade hospitalar mais importante do serviço público do município ou Estado.

Figura 3. Hospitais universitários federais, distribuição segundo regiões.



Diante desses desafios, a EBSEH desempenha importante papel de articulação intersetorial, com o intuito de se alinhar às políticas públicas de educação, saúde, ciência e tecnologia e planejamento estratégico nacional. Além disso, a Empresa desenvolve a formulação e implementação de diretrizes para a gestão na área de atenção à saúde, recursos humanos e formação profissional e de operacionalização de um conjunto de atividades meio intrínsecas à gestão dos Hospitais Universitários Federais e congêneres.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Informações sobre o planejamento estratégico

Em 2012, teve início o processo de Planejamento Estratégico da Empresa, por meio de parceria com o Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Em novembro, foi realizada a Pesquisa de Clima Organizacional, que teve por objetivo identificar as variáveis que influenciam, positiva ou negativamente, o comportamento dos empregados, de forma a conhecer a percepção, expectativas e valores relacionados ao ambiente organizacional em construção.

Considerou-se que a realização de Pesquisa seria uma etapa fundamental para o início das atividades de planejamento estratégico. Os elementos dela oriundos constituem subsídio para o planejamento, tendo em vista que o sucesso desse processo depende, entre outros, da sinergia entre os valores e expectativas individuais com a filosofia e meios de gestão adotados pela Empresa. As etapas de desenvolvimento da pesquisa estão sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2. Etapas e atividades da Pesquisa de Clima Organizacional. EBSEH, 2012.

ETAPA	ATIVIDADE
Definição das variáveis a serem analisadas na pesquisa	Adaptação de instrumentos de medição existentes e definição das variáveis consideradas relevantes na etapa de implementação da Empresa.
Validação por parte do Presidente da Empresa	Apresentação do tipo de pesquisa e validação para a execução das etapas posteriores.
Sensibilização dos servidores	Envio de e-mails e esclarecimento de dúvidas sobre o processo.
Aplicação do questionário	Desenvolvimento de formulário virtual para a coleta de dados.
Análise dos resultados	Descrição e análise dos principais resultados.

A pesquisa foi respondida durante o período de 26 de novembro a 07 de dezembro de 2012, por 41 dos 55 funcionários participantes, o que corresponde a 75% de respondentes. Os resultados foram apresentados durante reunião realizada em 19 de dezembro de 2012, com a participação de todos os funcionários permanentes da Empresa. Além dos resultados da Pesquisa, foram apresentadas a metodologia e previsão de atividades do Planejamento Estratégico em 2013.

As oficinas de Planejamento Estratégico estão programadas para acontecer no período de 05 de fevereiro a 07 de março de 2013. Espera-se definir a filosofia gerencial (missão, visão e valores) e dos eixos estratégicos de atuação da EBSEH. A abordagem escolhida para a discussão da estratégia pretendida para a Empresa é o Planejamento Estratégico Situacional. Esta abordagem caracteriza-se, entre outros aspectos, por fornecer ferramentas operacionais para a construção de projetos e planos de ação para o enfrentamento de problemas estratégicos que resultem em um impacto positivo na sociedade e para o público afetado pelo planejamento.

A fim de complementar os resultados obtidos, a Visão Baseada em Recursos será utilizada para identificar os recursos raros e valiosos existentes na EBSEH, na perspectiva de organizá-los, de forma a buscar soluções para os problemas identificados por meio do Planejamento Estratégico Situacional. O cronograma para a realização das oficinas está apresentado no Quadro 3.

Quadro 3. Cronograma de oficinas do Planejamento Estratégico da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, fevereiro de 2012 a março de 2013.

DATA	ATIVIDADE
05/02/2013	Oficinas de Trabalho: Diretorias de Atenção à Saúde e Gestão de Contratos e de Gestão de Pessoas
21/02/2013	Oficina de Trabalho: Diretoria Administrativa e Financeira
28/02/2013	Oficinas de Trabalho: Diretorias de Logística e Infraestrutura Hospitalar e de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação
07/03/2012	Oficina do corpo gerencial: Presidente e Gabinete, diretores, coordenadores e assessores.
25/03/2013	Apresentação dos resultados

2.2. Estratégias de atuação em 2012

2.2.1. Estruturação da Empresa

A Empresa, criada em dezembro de 2011, foi estruturada durante o ano de 2012, sob três aspectos: físico, quadro de pessoal e gestão institucional. Quanto ao aspecto de estruturação física, a EBSEH funcionou durante 11 meses em instalações provisórias no Ministério da Educação, até ocupar, em dezembro de 2012, uma nova sede, localizada no Setor Comercial Sul de Brasília/DF. Assim, foi possível viabilizar a plena instalação da Empresa, para prover os serviços e espaço físico adequados ao seu funcionamento.

O quadro de pessoal da sede da Empresa foi construído a partir das seguintes ações: dimensionamento da força de trabalho para a sede da EBSEH; elaboração e publicação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários; elaboração e publicação de Plano de Vantagens e Benefícios; e seleção e contratação de pessoal, por meio do preenchimento dos cargos previstos e da realização de processo seletivo simplificado. Dessa forma, em dezembro de 2012, a Empresa contava com 105 funcionários na Sede, distribuídos no seu corpo diretivo e em cinco Diretorias. O quadro de pessoal será ampliado em 2013, por meio do ingresso de pessoal oriundo de concurso público lançado em outubro de 2012, para o preenchimento de 253 vagas em diversas especialidades.

Com relação à estruturação da gestão institucional, o Estatuto Social da Empresa foi publicado em 29 de dezembro de 2011, por meio do Decreto nº 7.661. Em abril de 2012, a Portaria GM/MEC nº 442 delega à EBSEH o exercício de algumas competências descritas nos Decretos de nº 7.690/2012³ e 7.082/ 2010⁴. O texto do Estatuto Social assegura às universidades federais, com base na autonomia de que dispõem, a possibilidade de contratar a Empresa para o apoio à gestão das condições de assistência, ensino e pesquisa em seus hospitais. A arquitetura organizacional foi delineada em 2012, com a elaboração do Regimento Interno, cujo extrato foi publicado por meio da Portaria EBSEH nº 34, de 21/08/2012.

³ Dispõe sobre a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação.

⁴ Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais e dispõe sobre o financiamento compartilhado dos Hospitais Universitários Federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais.

2.2.2. Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais

No ano de 2012, no âmbito da gestão do Programa Rehuf, a Empresa gerenciou o financiamento dos Hospitais Universitários Federais, que ocorre de forma compartilhada com recursos dos ministérios da Educação e da Saúde. Os recursos do Rehuf destinam-se ao custeio das atividades de assistência, ensino e pesquisa; à realização de obras para recuperação física das instalações e à compra de equipamentos para a modernização do parque tecnológico dos hospitais. Em 2012, um total de R\$ 904 milhões foi empenhado por meio do Programa, montante distribuído entre os 46 hospitais da rede. Esse total corresponde a 74,6% da dotação inicial, de R\$ 1.212.471.815,00.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa, destaca-se a realização de compras centralizadas (pregões) para a aquisição de equipamentos. Por meio desses pregões, foram adquiridos equipamentos de diversos tipos (imagem, centro cirúrgico e Unidade de Terapia Intensiva), além de camas, macas hidráulicas e incubadoras.

Outra ação que integra o Programa de Reestruturação e é executada pela EBSEH é a implantação do Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários Federais (AGHU), sistema informatizado de melhoria da gestão dos Hospitais Universitários Federais. Até o final de 2012, o sistema havia sido implantado com 14 módulos de operação em dez deles.

2.2.3. Adesão e Gestão dos Hospitais Universitários Federais

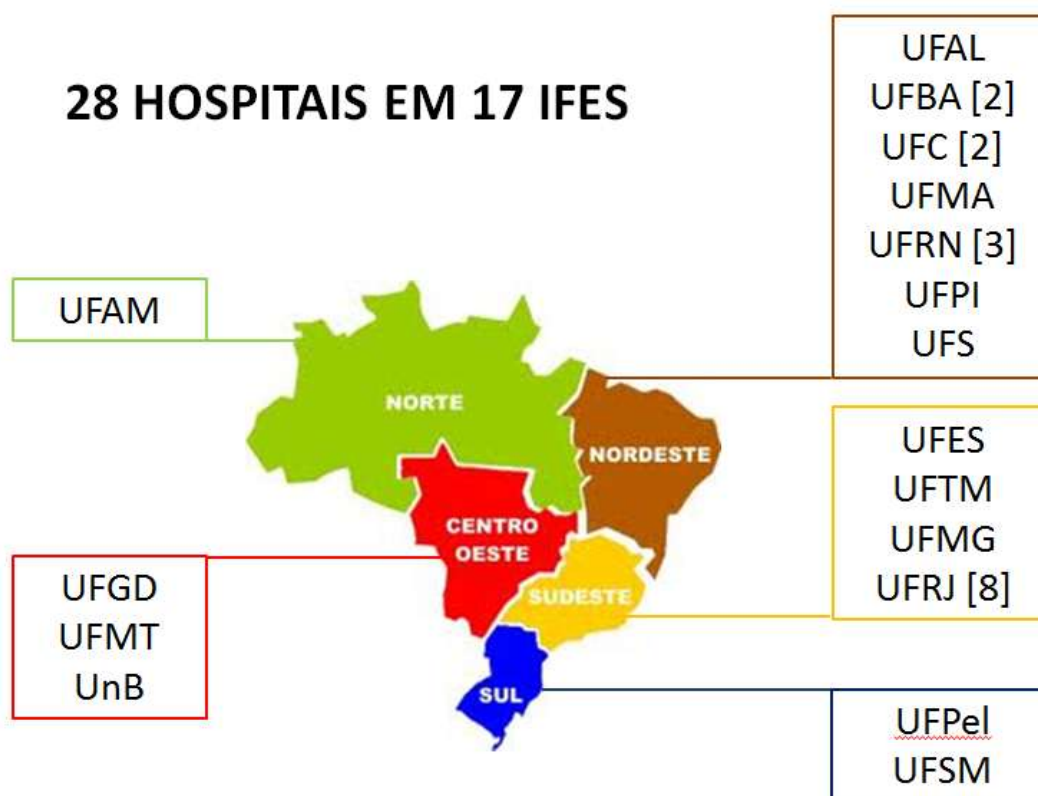
Além da gestão do Programa Rehuf, a EBSEH manterá uma relação contratual com as universidades federais que possuem Hospitais Universitários Federais. O objetivo, com a nova modalidade, é permitir que a Empresa colabore com as instituições na melhoria da gestão de suas unidades de saúde, sendo preservada a autonomia universitária. Busca-se permitir que os 46 hospitais que integram a rede tenham condições de responder com excelência às suas principais finalidades, quais sejam, a de prestar assistência de excelência à saúde da população e oferecer condições adequadas para a formação dos profissionais que nela atuam.

A partir de sua constituição formal, a EBSEH iniciou o processo de assunção dos Hospitais Universitários Federais. Nesse contexto, inclui-se o intenso trabalho de interlocução da Empresa junto às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), para divulgar suas diretrizes e esclarecer dúvidas. Em decorrência desse esforço, inicia-se o

processo por meio da manifestação da adesão, pela Ifes, e, em seguida, os trabalhos que culminarão com a celebração do contrato.

Até dezembro de 2012, houve manifestação de interesse pela adesão à EBSEH por parte de 18 universidades federais em 15 unidades federadas. Essas instituições totalizam 29 hospitais, conforme Figura 4.

Figura 4. Instituições que manifestaram interesse de adesão à EBSEH até dezembro de 2012.



A adesão de instituições federais de ensino é formalizada por meio de dois instrumentos, termo de adesão e contrato. O termo de adesão é a manifestação de compromisso de adesão à gestão EBSEH e permite a realização das etapas iniciais para a celebração do contrato. A partir da adesão, são constituídas equipes de trabalho nos hospitais, para o desenvolvimento, junto à Empresa, das etapas necessárias para a contratação. Essas etapas incluem a organização e sistematização do contrato e seus anexos: plano de reestruturação; documentos referentes ao imóvel (certidões e plantas); planta(s) física(s) do imóvel; último levantamento patrimonial; lista de servidores que

permanecerão em exercício no hospital; e cronograma de manutenção de contratos e vínculos pré-existentes no hospital.

O plano de reestruturação tem por objetivo estabelecer ações estratégicas e metas para o ano de 2013, a partir das necessidades identificadas. As ações estratégicas serão desenvolvidas num período de um ano, o que requer que tenham, em comum, as características de viabilidade operacional e financeira, além de impacto sobre os problemas identificados. As metas são estabelecidas de acordo com a situação de cada hospital, em relação a cada ação estratégica. Cada plano contém, ainda, um quadro de indicadores de referência para a avaliação dos resultados dessa primeira aproximação.

Além das ações estratégicas e metas para 2013, cada plano apresenta duas propostas estruturantes, cuja implementação terá início no primeiro ano de assunção: o organograma funcional e o quadro de dimensionamento de pessoal – esse último, a ser apresentado ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que aprova o quantitativo final. A recomposição do quadro de profissionais dos Hospitais Universitários Federais é um dos principais desafios da rede. Para responder a essa necessidade, a EBSEH irá, a partir da adesão das universidades responsáveis pelos hospitais, realizar concursos públicos para contratação de pessoal atendendo a demanda das instituições e oferecendo condições adequadas de trabalho aos profissionais.

Nesse sentido, a Empresa realizou, em 2012, processo de seleção de profissionais para o Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) possibilitando a abertura da unidade com oferta de serviços de saúde à população. A partir da medida, em outubro de 2012 foram abertos os serviços ambulatoriais de gastroenterologia; ginecologia; oftalmologia; buco-maxilo-facial; urologia e nefrologia; cardiologia e clínica médica com foco em pneumologia, endocrinologia, neurologia e reumatologia. Nos serviços de apoio diagnóstico, foram iniciados os laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica e o diagnóstico por imagem de radiologia, endoscopia, ultrassonografia, mamografia e tomografia computadorizada.

2.3. Execução do Plano de Ação em 2012

De forma a desenvolver as atividades iniciais necessárias para a adesão dos Hospitais Universitários, um Plano de Ação foi formulado, com o estabelecimento de metas para 2012 (Quadro 4). Das 13 metas pactuadas para 2012, sete foram cumpridas integralmente: as que dizem respeito ao Rehuf e processo centralizado de compras; à aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários; e à instalação de nova sede da Empresa.

Quadro 4. Execução das metas do Plano de Ação 2012 da EBSEH: situação até dezembro de 2012.

METAS DO PLANO DE AÇÃO EBSEH 2012	DATA PREVISTA PARA EXECUÇÃO	STATUS ATÉ 12/2012
Realizar o diagnóstico situacional de infraestrutura, pessoal e do componente atenção à saúde em 100% dos hospitais que manifestaram adesão até junho de 2012*	Dezembro de 2012	80%
Designar as equipes de governança em 100% dos hospitais que manifestaram adesão até junho de 2012*	Dezembro de 2012	10%
Iniciar o processo de contratação para infraestrutura, equipamentos e insumos em 100% dos hospitais que manifestaram adesão até junho de 2012*	Dezembro de 2012	10%
Obter o controle operacional de 100% dos processos desenvolvidos no âmbito do Rehuf	Dezembro de 2012	100%
Coordenar os processos de aquisição de equipamentos e obras	Setembro de 2012	100%
Coordenar os processos de compra centralizada de medicamentos e insumos	Setembro de 2012	100%
Coordenar os processos de desenvolvimento e implantação do AGHU	Novembro de 2012	70%
Aprovar o plano de cargos, carreiras e salários	Julho de 2012	100%
Locar imóvel para abrigar a sede da empresa	Julho de 2012	100%
Adquirir equipamentos para a sede	Agosto de 2012	100%
Instalar definitivamente a sede	Dezembro de 2012	100%
Contratar serviços terceirizados de apoio para a sede	Dezembro de 2012	60%
Contratar aproximadamente 50% dos funcionários da sede	Dezembro de 2012	62%

* 10 Ifes, com o total de 17 hospitais, manifestaram interesse na adesão até junho de 2012.

As metas relacionadas à designação de equipes de governança e início do processo de contratação nos hospitais que aderiram à EBSEH não foram executadas. Isso se deve ao fato de que essas providências só podem ser adotadas após a assinatura dos contratos, o que não aconteceu em 2012. Com a efetivação dos contratos de todas as instituições federais de ensino superior que aderiram à EBSEH, essas metas serão cumpridas no decorrer de 2013.

2.4. Indicadores

Os indicadores institucionais derivarão do processo de planejamento estratégico, a ser desenvolvido em 2013, conforme item 2.1. Em 2012, foi elaborado um conjunto de indicadores que comporão os planos de reestruturação dos hospitais sob gestão da EBSEH (Quadro 5). O objetivo é mensurar o desempenho do hospital e sua efetividade no contexto da atenção à saúde, ensino e pesquisa e gestão administrativa e financeira.

O estabelecimento desses indicadores como linha de base é importante para situar o Hospital em relação aos quesitos priorizados. Espera-se, portanto, que esse quadro permita estabelecer condições para a avaliação de seu desempenho. Para isso, esses indicadores serão inicialmente parametrizados e reavaliados no período de um ano. Essa atividade, juntamente com a verificação do cumprimento das metas propostas para as ações estratégicas priorizadas, deverá compor o processo de monitoramento e avaliação dos planos de reestruturação. Esse processo constitui uma ferramenta que contribui para integrar as atividades do ciclo de gestão pública. Envolve tanto julgamento como atribuição de valor e mensuração. Deve estar presente, como componente estratégico, desde o planejamento e formulação de uma intervenção, sua implementação e ajustes necessários/adotados até as decisões sobre sua manutenção, aperfeiçoamento, mudança de rumo ou interrupção, chegando até o controle.

Quadro 5. Quadro de indicadores do plano de reestruturação dos hospitais que aderirem à EBSEH.

Seq.	INDICADOR / MARCADOR	TIPO	CONCEITO / DESCRIÇÃO	MÉTODO DE CÁLCULO/ APURAÇÃO
Indicadores de Atenção a Saúde				
1	Tempo médio de permanência por leito clínico (dias)	P	Relação entre o total de pacientes-dia internados em leitos clínicos e o total de pacientes que tiveram saída dos leitos clínicos em determinado período, incluindo nestes os óbitos + altas + transferência externa.	Nº de paciente-dia, em determinado período / Nº de pacientes saídos no mesmo período (leito clínico)
2	Tempo médio de permanência por leito cirúrgico (dias)	P	Relação entre o total de pacientes-dia internados em leitos cirúrgicos e o total de pacientes que tiveram saída dos leitos cirúrgicos em determinado período, incluindo nestes os óbitos + altas + transferência externa.	Nº de paciente-dia, em determinado período / Nº de pacientes saídos no mesmo período (leito cirúrgico)
3	Taxa de Ocupação Hospitalar	P	Relação percentual entre o número de pacientes-dia e o número de leitos-dia em determinado período.	Nº de pacientes-dia / Nº de leitos-dia x 100
4	Taxa de Suspensão de Cirurgia	P	Relação percentual entre o total de cirurgias suspensa, em determinado período e o quantitativo de cirurgias agendadas no mesmo período.	Nº de cirurgias suspensas / Nº de cirurgias agendadas X 100
5	Taxa de parto cesáreo	R	Relação percentual entre o total de partos cesáreos e o total de partos realizados na instituição.	Nº de partos cesáreos/ Nº partos X 100
6	Taxa de Mortalidade Hospitalar	R	Relação percentual entre o número de óbitos ocorridos em pacientes internados e o número de pacientes que tiveram alta do hospital (Σ curado, melhorado, transferência externa e óbito), em determinado período. Mede a proporção dos pacientes que morreram durante a internação hospitalar.	Nº de óbitos de pacientes internados em determinado período / Nº de altas no mesmo período X 100
7	Percentual de 1ª Consulta	P	Relação percentual de primeiras consultas no universo de consultas realizadas na instituição.	Nº de primeiras consultas / Nº de consultas X 100
8	Taxa de Infecção em cirurgia limpa	R	Relação percentual entre o número de infecções corridas em pacientes submetidos a cirurgias limpas em determinado período e o número de altas (Σ curado, melhorado, transferência externa, óbito) no mesmo período.	Nº de infecções em cirurgia limpa no período / Nº de cirurgias limpas X 100

Seq.	INDICADOR / MARCADOR	TIPO	CONCEITO / DESCRIÇÃO	MÉTODO DE CÁLCULO/ APURAÇÃO
Indicadores de Ensino e Pesquisa				
9	Percentual de vagas de residência estratégicas para o SUS	P	Proporção de vagas de residência em saúde oferecidas em especialidades estratégicas para o SUS*	Número de vagas de residência em saúde oferecidas em especialidades estratégicas para o SUS* sobre o número total de vagas oferecidas (%).
10	Média dos conceitos dos programas de pós-graduação	R	Classificação da Capes** para os Programas de Mestrado e Doutorado vinculados ao Hospital	Soma dos conceitos da Capes para os Programas de Mestrado e Doutorado vinculados ao Hospital, sobre o número de Programas de Mestrado e Doutorado vinculados ao Hospital
Indicador de Infraestrutura				
11	Percentual de conformidades de infraestrutura hospitalar – item instalações físicas: sistemas e redes	R	Quantitativo de conformidades de infraestrutura hospitalar segundo levantamento realizado pelo Ministério da Educação em 2010.	Total de quesitos em conformidade sobre o total de quesitos no item instalações (%)

*Conforme Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.001/2009, que institui o Programa Nacional de Pró-Residência (áreas estratégicas).

** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

P: Processo; R: Resultado.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO

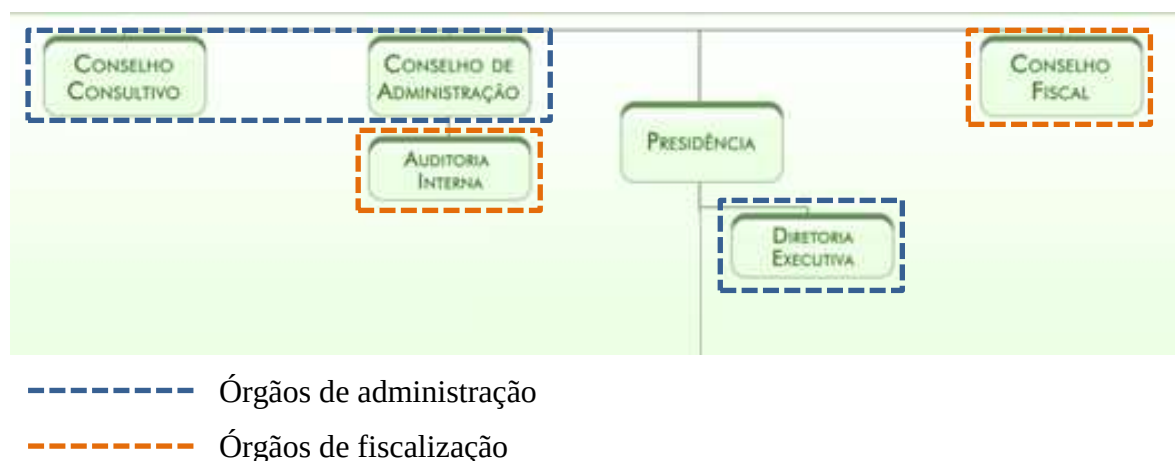
Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União (CGU), destacamos os seguintes itens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

- 3.4 e 3.5 – *Sistema de Correição e cumprimento, pela instância de correição, da Portaria nº 1.043/2007 da CGU*: a Empresa não possui instância de correição;
- 3.3.4. *Demonstrativo da remuneração variável dos administradores*: não se aplica a EBSEH, pois não existe regulamentação para pagamento de bônus e participação de resultados.

3.1. Estrutura de governança

De acordo com o seu Regimento Interno, a EBSEH apresenta a estrutura de governança indicada na Figura 5.

Figura 5. Estrutura de Governança da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



I. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão de orientação superior da EBSERH. É composto por nove membros, de acordo com a Figura 6.

Figura 6. Composição do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



Fonte: Estatuto Social da EBSEH.

Andifes: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

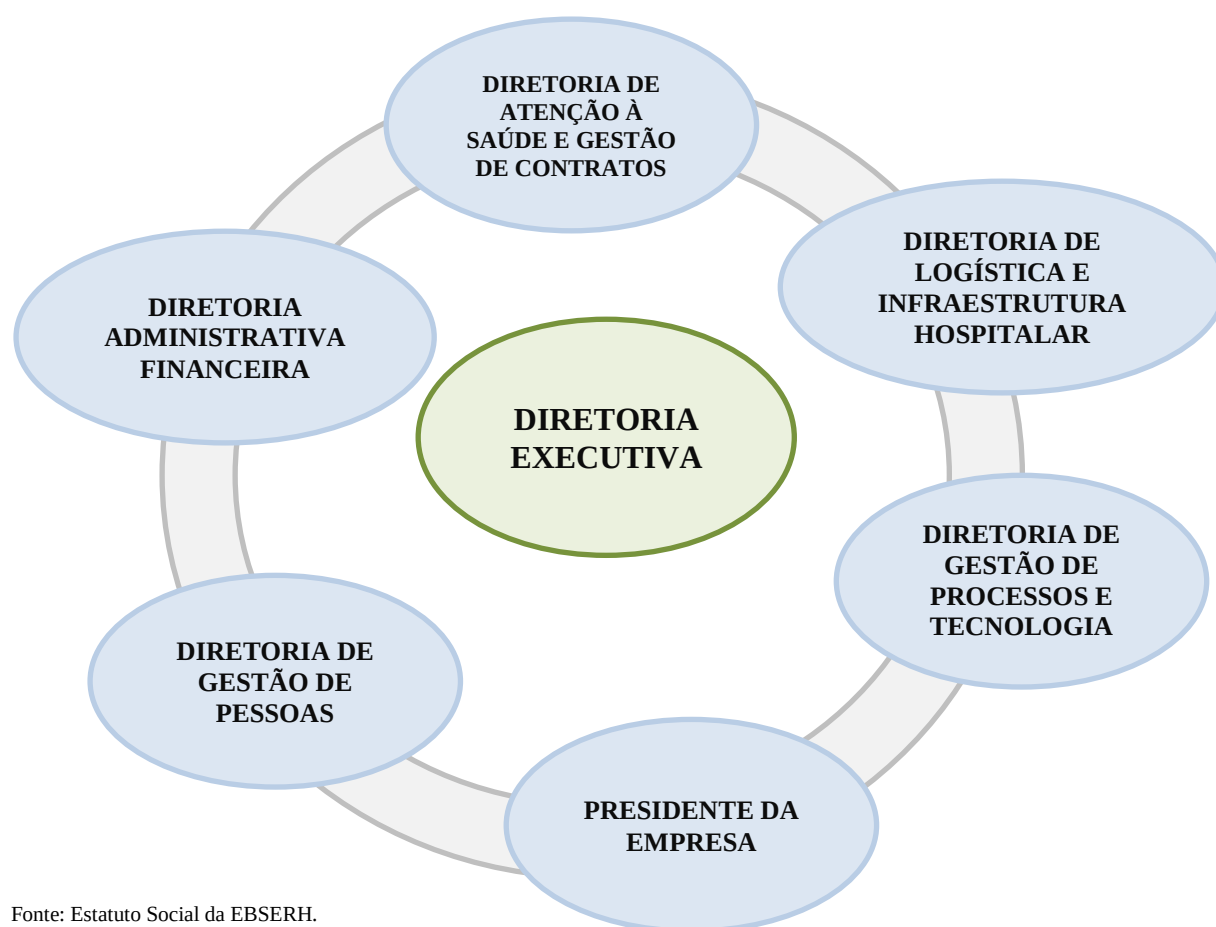
O Conselho de Administração tem, entre suas competências, a de fixar as orientações gerais das atividades da EBSEH; examinar e aprovar políticas gerais e programas de atuação; aprovar o orçamento e programa de investimentos e acompanhar a sua execução; aprovar os contratos com os hospitais e apreciar os relatórios e demonstrações contábeis da Empresa, entre outras. As reuniões ordinárias acontecem mensalmente e o prazo de gestão dos membros é de dois anos, sendo possível a recondução por igual período. O órgão foi instalado em julho de 2012 e, nesses primeiros meses de atuação editou seis resoluções, que deliberam sobre assuntos mais

voltados para a própria estruturação da EBSEH. Destacam-se entre eles, por exemplo, o plano de cargos, de benefícios e o programa de auditorias.

II. DIRETORIA EXECUTIVA

Segundo o Estatuto Social da EBSEH, cabe à Diretoria Executiva administrar e dirigir os bens, serviços e negócios da EBSEH e decidir sobre operações de responsabilidade situadas no respectivo nível de alçada decisória estabelecido pelo Conselho de Administração. A composição da Diretoria Executiva (Figura 7) inclui os responsáveis pelas respectivas áreas de coordenação da Empresa. As reuniões ordinárias da Diretoria Executiva são semanais e os Diretores que a compõem são nomeados e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Educação.

Figura 7. Composição da Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



Fonte: Estatuto Social da EBSEH.

A Diretoria Executiva realizou 15 reuniões em 2012, das quais resultaram 22 resoluções e 126 portarias. Dentre as decisões da Diretoria Executiva em 2012, destacam-se aquelas relativas às definições da forma de ingresso da Empresa nos Hospitais Universitários que manifestaram adesão, além das relativas à estruturação da sede, com seus inúmeros contratos de bens e/ou serviços.

III. CONSELHO CONSULTIVO.

O Conselho Consultivo tem as finalidades de consulta, controle social e apoio à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. É constituído pelos segmentos representado na Figura 8.

Figura 8. Composição do Conselho Consultivo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



Fonte: Estatuto Social da EBSERH

* indicado pelo conjunto de entidades representativas; ** indicado pela Andifes;

*** indicado pela respectiva entidade representativa; ****indicado pelo Conselho Nacional de Saúde.

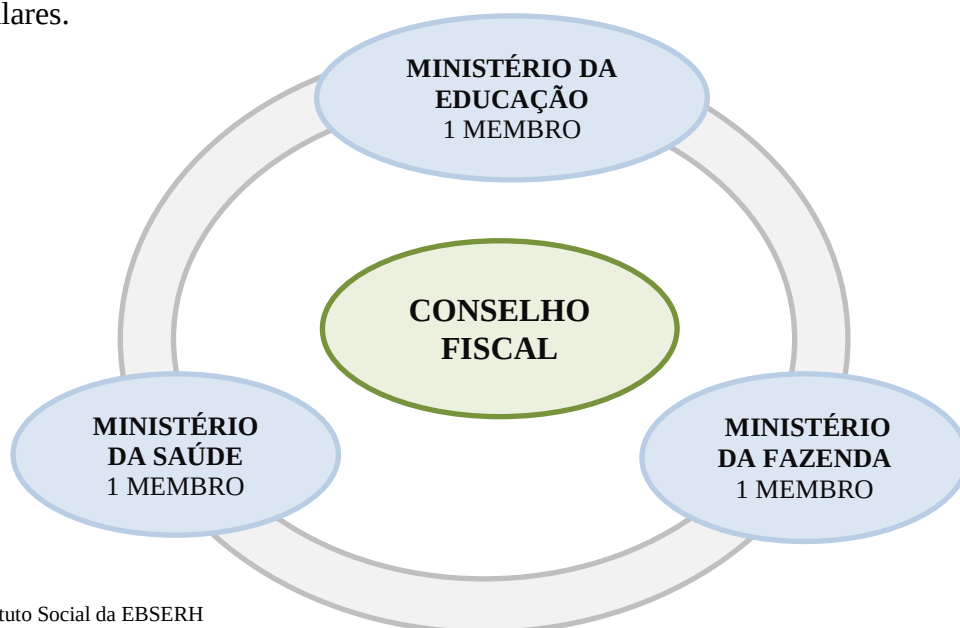
Cabe ao Conselho Consultivo: opinar sobre as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias da EBSERH, orientando o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições; propor linhas de ação, programas, estudos, projetos, formas de atuação ou outras medidas; acompanhar e avaliar periodicamente o desempenho da Empresa; e assistir à Diretoria e ao Conselho de Administração em suas funções.

Em que pese o esforço dispendido para sua instalação, não foi possível realizar a primeira reunião do Conselho Consultivo no ano de 2012, devido ao fato de que as indicações dos membros foram concluídas apenas no final do ano. Assim, a Portaria Gabinete do Ministro/ Ministério da Educação (GM/MEC) nº 1.461, de 18 de dezembro de 2012, formalizou a composição do Conselho Consultivo, que tem sua primeira reunião agendada para março de 2013.

IV. CONSELHO FISCAL

A estrutura do Conselho Fiscal está ilustrada na Figura 9. Cabe a ele fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários e opinar sobre relatórios e demonstrações financeiras, entre outros. Os membros podem, ainda, denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis. As reuniões ordinárias têm periodicidade mensal.

Figura 9. Composição do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



Fonte: Estatuto Social da EBSERH

O Conselho Fiscal, cumprindo seu papel estatutário, em 2012 analisou e fez o acompanhamento dos atos de gestão da Empresa. A primeira reunião ocorreu no dia 21 de agosto de 2012. No dia 20 de novembro, o Conselho apreciou o primeiro balancete da Empresa, compreendendo as movimentações ocorridas desde a criação até o dia 30 de setembro de 2012.

V. AUDITORIA INTERNA

O órgão de Auditoria Interna da EBSEH vincula-se diretamente ao Conselho de Administração, nos termos do art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. O suporte administrativo necessário à execução das suas atribuições é disponibilizado pela Presidência da EBSEH.

De acordo com o regimento Interno da Empresa, compete à Auditoria Interna:

- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração da EBSEH o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna–PAINT, de acordo com o disposto na legislação;
- elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, e apresentar ao Conselho de Administração da EBSEH, de acordo com o disposto na legislação;
- estabelecer estratégias com o objetivo de avaliar a legalidade e acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos da matriz e unidades descentralizadas da EBSEH;
- definir metas e procedimentos para auditoria e fiscalização, por meio de ações preventivas e corretivas na matriz e unidades descentralizadas da EBSEH;
- definir estratégias para a execução de Ações de Controle nas entidades públicas e privadas sob contrato de gestão com a matriz e unidades descentralizadas da EBSEH;
- examinar e emitir parecer quanto à Prestação de Contas semestral da EBSEH;
- elaborar e encaminhar anualmente, ou sempre que solicitado, ao Conselho de Administração e ao Presidente da EBSEH, relatórios gerenciais e operacionais das auditorias realizadas, das decisões e recomendações proferidas pelos órgãos de controle interno e externo e propor medidas preventivas e corretivas.

3.2. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela Unidade Jurisdicionada (UJ) são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Análise Crítica:

A maioria dos itens foi considerada como não passível de avaliação pelo fato de que a Empresa, criada em dezembro de 2011, teve no ano de 2012 o marco de sua estruturação, sob o ponto de vista físico e de pessoal. Isso inclui a previsão de uma estrutura de controle e fiscalização, que conta com uma Auditoria e um Conselho Fiscal.

Nesse contexto, a criação e implantação da Comissão de Controle Interno (CCI) se revelou um importante instrumento de apoio à gestão nesse campo. A Auditoria Interna da Empresa recomendou, à Presidência, a criação da CCI por meio da Nota Técnica nº 01/2012 – AUDIT/EBSERH/MEC. A CCI foi criada em agosto de 2012, por meio da Portaria nº 27/ 2012, publicada no Boletim de Serviço/MEC nº 30/ 2012, com os seguintes objetivos:

- identificar riscos e exposições;
- avaliar os processos de controle que reduzem ou administram estes riscos, antecipando se, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;
- desenvolver planos de ação para reduzir riscos a níveis aceitáveis;
- incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às normas estabelecidas pela administração;
- assegurar aderência às diretrizes, planos, normas e procedimentos da entidade;
- propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo/operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos.

A CCI realizou, no exercício de 2012, cinco reuniões ordinárias, das quais foram obtidos os seguintes encaminhamentos e aperfeiçoamentos implementados:

- a) definição da forma de agendamento das reuniões e redação das atas;
- b) deliberação sobre a análise e aprovação dos Planos de Providências pelos membros da Comissão;
- c) aprovação dos Planos de Providências dos Hospitais Universitários Federais da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da UFPI;
- d) encaminhamento dos Planos de Providências da UFGD, UFPI e UnB aos Diretores dos respectivos Hospitais Universitários, para análise e manifestação;
- e) proposição da elaboração de documento com as possíveis alternativas e disposições claras sobre as regras da transição, para contribuir com a Administração da EBSEH no sentido de oferecer informações que possam reduzir os riscos na tomada de decisão do Gestor;
- f) decisão da análise de Acórdãos emitidos nos últimos 10 anos, ou seja, a partir de 2002;
- g) elaboração da minuta do Regimento Interno que aguarda aprovação para a próxima reunião.

A principal fragilidade identificada foi a dificuldade em reunir os membros da Comissão, uma vez que o reduzido quantitativo de pessoal, durante 2012, resultou em atividades diversas, além da participação na CCI.

3.3. Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal

3.3.1. Política de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

a) Base normativa da remuneração:

Conselheiros: Leis nº 9.292/1996 e 6.404/1976 (Art.162, § 3º).

Diretores: Lei nº 6.404/1976 (Art. 152); Decreto-Lei nº 2.355/1987 (Art. 3º); Decreto nº 3.735/2001 (Art.1º, Inciso III); Portaria MPOG nº 250/2002 (Art.1º); Decreto nº 7.7675/2012 (Anexo I, Art.6º, Inciso IV, Alínea “a”); e Ofício nº 218/Dest/MPOG.

b) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A prática da remuneração estabelecida pelo Dest/MPOG tem como base comparativa os valores praticados por empresa pública do Ministério da Educação, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

c) Composição da remuneração:

- Elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles: salário, 13º salário, férias e benefícios, em conformidade com o plano.
- Proporção de cada elemento na remuneração total: salário fixado, 13º salário, 1/3 férias e benefícios fixados no Plano de Benefícios da Empresa.
- Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração: anual, por meio do índice da inflação e mediante aprovação do Dest/MPOG.
- Razão que justifica a composição da remuneração: cumprir os direitos do trabalhador, análogos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a prática dentre as demais empresas públicas.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não se aplica

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não se aplica

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada:

Trata-se de remuneração do corpo dirigente para cumprir as finalidades da Empresa, estabelecidas na sua Lei de criação e Regimento Interno e, ainda, objetivos que vierem a ser estabelecidos em processos de planejamento, a serem elaborados e implantados.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia:

Não se aplica

h) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações.

Não se aplica

i) Em relação à remuneração variável, comentar.

Não se aplica

3.3.2. Demonstrativo da remuneração mensal de membros dos Conselhos

Quadro 6. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração													
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	
AMARO HENRIQUE PESSOA LINS	jul/2012	dez/2012	-	-	-	-	-	-	2.511,97	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	14.906,47	
HELVECIO MIRANDA MAGALHAES JUNIOR	jul/2012	dez/2012	-	-	-	-	-	-	2.511,97	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	14.906,47	
MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL	jul/2012	dez/2012	-	-	-	-	-	-	2.511,97	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	14.906,47	
NATALINO SALGADO FILHO	jul/2012	dez/2012	-	-	-	-	-	-	2.511,97	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	14.906,47	
ROMEU WELITON CAPUTO	jul/2012	dez/2012	-	-	-	-	-	-	2.511,97	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	14.906,47	
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período de Exercício		Remuneração													
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	
ELIANE APARECIDA DA CRUZ	jul/2012	dez/2012	-	-	-	-	-	-	-	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	12.394,50	
LUIZ ANTONIO DE MELLO REBELLO	jul/2012	dez/2012	-	-	-	-	-	-	-	-	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	9.915,60	
STELA MARIS MONTEIRO SIMAO	jul/2012	dez/2012	-	-	-	-	-	-	-	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	12.394,50	

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

3.3.3. Demonstrativo sintético da remuneração mensal de membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro 7. Síntese da remuneração dos administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselhos de Administração e Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros que receberam remuneração:	08	0	0
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	109.236,95	-	-
a) salário ou pró-labore		-	-
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	109.236,95	-	-
d) outros	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	109.236,95	-	-
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União (TCU), destacamos os seguintes itens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

- 4.1.5. *Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de responsabilidade da UJ:* não se aplica ao exercício financeiro de 2012;
- 4.1.6. *Informações sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de responsabilidade da UJ:* não se aplica ao exercício financeiro de 2012.

4.1. Informações sobre Programas do PPA de responsabilidade da EBSEH

4.1.1. Informações sobre Programas Temáticos de responsabilidade da EBSEH

Quadro 8. Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2032			
Título	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO			
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA(*)		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	6.333.328,00	76.724.349,00	-	
b) Outras Fontes	-	-		
c) Subtotais (a + b)	6.333.328,00	76.724.349,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	R\$ 6.333.328,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
14.390.554,48	9.263.600,18	-	5.126.954,30	9.263.600,18
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição			Órgão ou unidade responsável pelo gerenciamento
841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da Rede Federal de Educação Superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			Ministério da Educação

(*) Contempla créditos adicionais (suplementares e extraordinários)

Análise crítica:

No âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, a programação orçamentária da EBSEH está inserida no Programa de Governo 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, gerenciado pelo Ministério da Educação. A dotação inicialmente prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no PPA totalizava R\$ 6,3 milhões, que foram acrescidas no decorrer do exercício financeiro mediante a abertura de créditos adicionais (suplementares e extraordinários). Isso

resultou numa dotação final (LOA + Créditos Adicionais) no montante de R\$ 76,7 milhões. Importa observar que, por meio da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, foi consignado à EBSEERH o montante de R\$ 54,9 milhões em dotações de capital, o qual não foi objeto de execução orçamentária, visto que tal valor foi contingenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.1.2. Informações sobre Objetivos vinculados a Programas Temáticos da EBSEERH

Quadro 9. Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		841				
Descrição		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o Sistema Nacional de Educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando o desenvolvimento sustentável do Brasil.				
Programa		2032 - EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO				
Órgão Responsável		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.333.328,00	76.724.349,00	14.390.554,48	9.263.600,18	-	5.126.954,30	9.263.600,18
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

4.1.3. Informações sobre Iniciativas vinculadas a Programas Temáticos da EBSEH

Quadro 10. Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		03GE				
Descrição		Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos Hospitais Universitários Federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.				
Objetivo		0841 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o Sistema Nacional de Educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando o desenvolvimento sustentável do Brasil.				
Órgão ou Unidade Responsável		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
250.921.632,00	299.263.431,00	277.971.197,29	40.354.085,03		237.617.112,26	40.354.085,03
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	35	46	250.921.632,00	40.354.085,03

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALBERTO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000,00	300.000,00	-	-		-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	300.000,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.000.000,00	23.333.333,00	20.000.000,00	-		20.000.000,00	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	20.000.000,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.888.253,00	1.888.253,00	-	-		-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	1.888.253,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNVERSIDADE DE BRASÍLIA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.600.000,00	19.633.333,00	-	-		-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	19.600.000,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO DE MORAIS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.180.000,00	104.222.993,00	10.177.354,22	134.594,11		10.042.760,11	134.594,11
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	10.180.000,00	134.594,11

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.945.855,00	21.945.855,00	10.730.000,00	-		10.730.000,00	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	21.945.855,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
486.000,00	486.000,00	180.000,00	-		180.000,00	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	486.000,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
500.000,00	500.000,00	499.957,94	-		499.957,94	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	500.000,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DAS CLÍNICAS UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.000.000,00	26.666.666,00	20.000.000,00	-		20.000.000,00	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	20.000.000,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL JULIO MULLER DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34.000.000,00	41.025.333,00	32.472.954,85	19.000.000,00		13.472.954,85	19.000.000,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	34.000.000,00	19.000.000,00

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000,00	100.000,00	-	-		-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	100.000,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.400.000,00	11.400.000,00	10.365.810,30	807.145,23		9.558.665,07	807.145,23
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	11.400.000,00	807.145,23

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO PEDRO DA UNVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.360.541,00	4.360.541,00	4.065.036,54	2.644.643,45		1.420.393,09	2.644.643,45
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	4.360.541,00	2.644.643,45

Órgão ou Unidade Responsável		COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE DA UNVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.590.808,00	7.590.808,00	7.589.898,70	2.802.686,04		4.787.212,66	2.802.686,04
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	7.590.808,00	2.802.686,04

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFFREE E GUINLE DA UNVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.205.000,00	2.205.000,00	-	-		-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	2.205.000,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE DA UNVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
450.000,00	450.000,00	299.840,96	76.605,99		223.234,97	76.605,99
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	450.000,00	76.605,99

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	12.256.881,00	-	-		-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	0	0	-	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.332.500,00	8.332.500,00	8.332.500,00	8.332.500,00		-	8.332.500,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	1	8.332.500,00	8.332.500,00

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.000.000,00	23.333.333,00	-	-		-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	20.000.000,00	-

Órgão ou Unidade Responsável		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.603.000,00	9.603.000,00	4.353.933,05	-	-	4.353.933,05	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	1	0	9.603.000,00	-

Análise crítica:

O Rehuf foi instituído por meio do Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, que definiu as diretrizes e os objetivos para a reestruturação e revitalização dos Hospitais Universitários Federais integrados ao Sistema Único de Saúde. O objetivo do programa é criar condições materiais e institucionais para que os hospitais possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e de assistência à saúde da população.

Com o advento da Lei nº 12.550/2011, que criou a EBSEH e estabeleceu a sua missão institucional, além da gestão das unidades hospitalares e outras atribuições esculpidas na referida Lei, a Empresa passou a acumular, também, a função de Unidade Executiva do Rehuf. Dessa forma, sucedeu a extinta Diretoria de Hospitais Universitários e Residências em Saúde do Ministério da Educação, por força da deliberação ministerial expressa no artigo 1º da Portaria GM/MEC/nº 442, de 25 de abril de 2012.

A Empresa, portanto, ficou responsável pela Iniciativa 03GE constante do Plano Plurianual 2012-2015, que trata da expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos Hospitais Universitários Federais, com a promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país. Segundo os dispositivos do Decreto nº 7.082/2010, o financiamento desses Hospitais será partilhado, paritariamente, entre os Ministérios da Saúde e da Educação. Por essa razão, ao longo do exercício financeiro de 2012, esses dois Ministérios alocaram dotações orçamentárias para viabilizar o cumprimento dos objetivos do Programa.

No âmbito da programação do Ministério da Educação, a alocação orçamentária foi efetiva em 22 (vinte e duas) Unidades Orçamentárias, quais sejam, do Ministério da Educação, da EBSEH e de 20 Hospitais Universitários, conforme detalhado no Quadro 10 e sintetizado no Quadro 11. Vale destacar que, da dotação final no montante de R\$ 568,8 milhões autorizados para tais unidades orçamentárias, cerca de R\$ 76,6 milhões são decorrentes do crédito extraordinário aprovado pela Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, em dotações de capital que não foram objeto de execução orçamentária, visto que tal valor foi contingenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

As dotações alocadas na unidade orçamentária do Ministério da Educação foram operacionalizadas mediante a descentralização dos créditos aos Hospitais Universitários,

por meio de planos de trabalho e edição de portarias de descentralização. As dotações alocadas diretamente nas unidades orçamentárias dos Hospitais Universitários foram destinadas às obras e reformas necessárias à recuperação das instalações físicas desses hospitais.

Quadro 11. Síntese das Iniciativas de programa temático de responsabilidade da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2012.

Em R\$ Milhões

Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
			Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processado	
MEC	250,9	299,3	278,0	40,4		237,6	40,4
HU's	192,9	225,8	129,1	33,8		95,3	33,8
EBSERH	0,0	43,7	0,0	0,0		0,0	0,0
TOTAL	443,9	568,8	407,1	74,2	0,0	332,9	74,2

Fonte: SIAFI - Gerencial

Foram identificados alguns fatores para a não execução plena das metas físicas. Por parte dos hospitais, destacam-se as dificuldades: na execução de processos licitatórios; no planejamento de ações voltadas a elaboração de projetos; e na apresentação de demandas de recursos. Por parte dos Ministérios, observaram-se dificuldades na descentralização de recursos orçamentários no primeiro semestre do exercício. Assim, definiram-se as seguintes propostas para superação desses problemas:

- definir estratégias de descentralização dos recurso MEC e Ministério da Saúde, até o final do primeiro semestre do exercício financeiro;
- monitorar a execução dos recursos financeiros;
- apoiar e capacitar os Hospitais Universitários Federais para a elaboração de projetos;
- estimular a apresentação de demandas de recursos financeiros; e
- planejar ações para a aquisição centralizada de equipamentos.

Quadro 12. Iniciativas de programa temático de responsabilidade do Ministério da Saúde

Identificação da Iniciativa						
Código		02PW				
Descrição		Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como a ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade.				
Objetivo		0713 - Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidade de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada				
Órgão ou Unidade Responsável		MINISTÉRIO DA SAÚDE				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
587.000.000,00	643.666.667,00	497.666.335,97	188.926.367,00	39.425.818,00	308.739.968,00	149.500.549,47
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Hospital Beneficiado	Unidade	37	46	250.921.632,00	277.971.197,29

Análise crítica:

Como afirmado anteriormente, o financiamento do Rehuf, segundo os dispositivos do Decreto nº 7.082/2010, deve ser partilhado, paritariamente, entre os Ministérios da Saúde e da Educação. No âmbito do Ministério da Saúde, a alocação orçamentária para viabilizar o Programa está inserida no PPA 2012-2015, na Iniciativa 02PW- Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como a ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão. A LOA/2012 consignou inicialmente ao Rehuf, no âmbito da programação do Ministério da Saúde, o montante de R\$ 587,0 milhões, que foi acrescido em R\$ 56,6 milhões de crédito extraordinário, totalizando um montante de R\$ 643,6 milhões (Quadro 12). O valor do crédito extraordinário em dotações de capital aprovado pela Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, não foi objeto de execução orçamentária visto que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão promoveu contingenciamento de tal dotação.

4.1.4. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de responsabilidade da EBSERH

Quadro 13. Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		12Q9				
Descrição		IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH				
Iniciativa		03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos Hospitais Universitários Federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.				
Unidade Responsável		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH				
Unidade Orçamentária		26443 - EBSERH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.333.328,00	21.749.328,00	14.390.554,48	9.263.600,18		5.126.954,30	9.263.600,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Instituição Implantada	Unidade	1	1	6.333.328,00	14.390.554,48

Identificação da Ação						
Código		20RX (*)				
Descrição		REESTRUTURAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS				
Iniciativa		03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos Hospitais Universitários Federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.				
Unidade Responsável		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH				
Unidade Orçamentária		26443 - EBSEH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	43.707.888,00	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Reestruturada	Unidade	(*)	(*)	(*)	(*)

Identificação da Ação						
Código		4086 (*)				
Descrição		FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS				
Iniciativa		03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos Hospitais Universitários Federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.				
Unidade Responsável		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH				
Unidade Orçamentária		26443 - EBSEH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	9.267.133,00	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Mantida	Unidade	(*)	(*)	(*)	(*)

Identificação da Ação	
Código	00N3 (*)
Descrição	PARTICIPAÇÃO EM CAPITAL SOCIAL - EBSEH SUBSIDIÁRIAS
Iniciativa	NÃO APLICÁVEL - OPERAÇÕES ESPECIAIS - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

Unidade Responsável		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH				
Unidade Orçamentária		26443 - EBSEH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	2.000.000,00	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Não Aplicável	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)

(*) Dotação não executada proveniente de crédito extraordinário aprovado no término do exercício financeiro de 2012, pela Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012.

Análise crítica:

A principal ação orçamentária executada pela EBSEH em 2012 foi 12Q9– Implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que teve consignada na LOA/2012 o montante inicial de R\$ 6,3 milhões, suplementado via créditos adicionais em R\$ 15,4 milhões, o que resultou numa dotação autorizada no montante de R\$ 21,7 milhões. Cumpre destacar que, com a edição da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, foi consignado à EBSEH crédito extraordinário no montante de R\$ 54,9 milhões em dotações de capital nas ações orçamentárias 20RX– Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, 4086– Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais e 00N3– Participação em Capital Social: EBSEH Subsidiárias – o qual não foi objeto de execução orçamentária, visto que tal valor foi contingenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Quadro 13).

4.2. Informações sobre a execução orçamentária e financeira da despesa

Os quadros A.4.8, A.4.9 e A.4.10 demonstram a composição das dotações aprovadas para a EBSEH ao longo do exercício financeiro de 2012, segundo os grupos de despesa.

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da EBSEH

Quadro 14. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código Siasi da UGO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH	26443	155007
EBSEH – FILIAL PIAUÍ	26443	155008

4.2.2. Programação de despesas

4.2.2.1. Programação de despesas correntes

Quadro 15. Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00							
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	4.166.664,00	-
	PLOA		-	-	-	4.166.664,00	-
	LOA		-	-	-	4.166.664,00	-
CRÉDITOS	Suplementares		10.000.000,00	-	-	3.416.000,00	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		10.000.000,00	-	-	-	7.582.664,00	-

Fonte: Siasi - Gerencial

Análise crítica:

Note-se que as dotações de “Pessoal e Encargos Sociais” foram aportadas à Empresa mediante suplementação orçamentária de R\$ 10,0 milhões, visto que não foram consignadas na LOA/2012. Em junho/2012, o Dest/MPOG aprovou os quantitativos de pessoal para a EBSEH, por meio da Portaria nº 14, de 21 de junho de 2012, fixando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio. O grupo de despesas “Outras Despesas Correntes” foi contemplado na LOA/2012 com um montante de R\$ 4,2 milhões em créditos orçamentários e acrescidas de R\$ 3,4 milhões por meio de suplementação orçamentária, totalizando R\$ 7,6 milhões de dotações autorizadas.

4.2.2.2. Programação de despesas de capital

Quadro 16. Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00							
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		2.166.664,00	-	-	-	-
	PLOA		2.166.664,00	-	-	-	-
	LOA		2.166.664,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		2.000.000,00	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos (*)	52.975.021,00	-	2.000.000,00	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-
Total		57.141.685,00	-	2.000.000,00	-	-	-

Fonte: Siafi - Gerencial

(*) Dotação não executada proveniente de crédito extraordinário aprovado no término do exercício financeiro de 2012, pela Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012.

Análise crítica:

O grupo de despesa “Investimentos” teve consignado na LOA/2012 o montante de R\$ 2,2 milhões, acrescidos de R\$ 2,0 milhões de crédito suplementar e R\$ 52,9 milhões de crédito extraordinário, este último pela Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012. O grupo de despesa “Inversões Financeiras”, não contemplado com dotações na LOA/2012, foi objeto de acréscimo orçamentário no montante de R\$ 2,0 milhões, também pela Medida Provisória nº 598/2012. Cumpre destacar que as dotações oriundas do crédito extraordinário não foram executadas visto que ficaram indisponíveis para execução por contingenciamento orçamentário.

4.2.2.3. Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência

Quadro 17. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

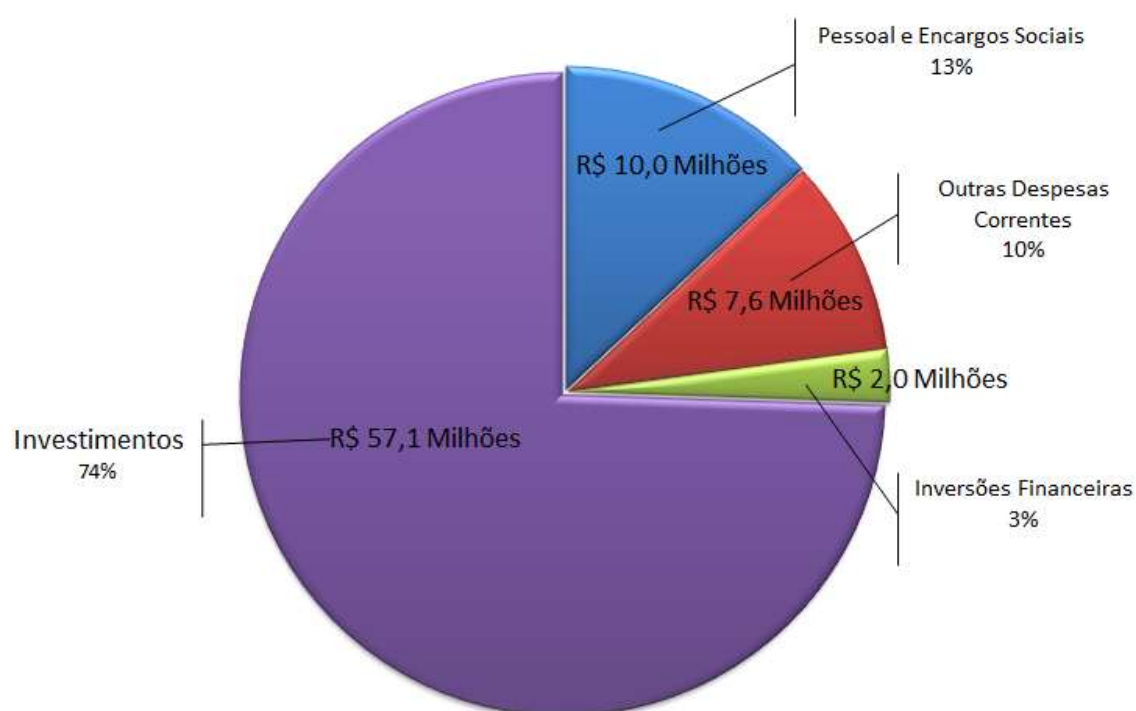
Valores em R\$ 1,00							
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		4.166.664,00	-	2.166.664,00	-	-
	PLOA		4.166.664,00	-	2.166.664,00	-	-
	LOA		4.166.664,00	-	2.166.664,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		13.416.000,00	-	2.000.000,00	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos (*)	-	-	54.975.021,00	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		17.582.664,00	-	59.141.685,00	-	-	-

Fonte: Siafi - Gerencial

(*) Dotação não executada proveniente de crédito extraordinário aprovado no término do exercício financeiro de 2012, pela Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012.

Assim, considerando o crédito inicial constante da LOA/2012 e os créditos adicionais (suplementares e extraordinários) aprovados em favor da EBSEH, chega-se a um montante orçamentário de R\$ 76,7 milhões: 74% destinados a investimentos, 13% destinados a pessoal e encargos sociais, 10% destinados a outras despesas correntes e 3% destinados a inversões financeiras, conforme Gráfico 1. Reitera-se que as dotações de capital no montante de R\$ 54,9 milhões, oriundas do crédito extraordinário de que trata a Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, não foram objeto de execução orçamentária, visto que foram integralmente contingenciadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Gráfico 1. Dotação Aprovada por Grupo de Despesa, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2012.



4.2.3. Movimentação interna e externa de créditos

Quadro 18. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	155007	155002	UO 26443 - Ação 12Q9	5.623.500,00	-	-
	Recebidos	152734	155007	UO 26101 - Ação 20RX	-	-	3.746.643,35
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	155007	155008	UO 26101 - Ação 20RX	598.229,00	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	152734	155007	UO 26101 - Ação 20RH	2.000.000,00	-	-
	Recebidos	152734	155007	UO 26101 - Ação 20RX	2.383.539,00	-	-

Fonte: Siafi - Gerencial

Análise crítica:

Para viabilizar a execução orçamentária e o cumprimento dos objetivos institucionais, a EBSEH realizou a movimentação de parcela das dotações, sob o amparo da Portaria/GM/MEC nº 442, de 25 de abril de 2012, do Ministério da Educação, que estabeleceu diretriz às unidades administrativas do Ministério da Educação para colaboração na execução das atividades de apoio à EBSEH até a sua efetiva implantação e regular funcionamento. Nesse contexto, foi descentralizado à Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MEC (UG 17002) o montante de R\$ 5,6 milhões no grupo de despesas “Pessoal e Encargos Sociais”, destinado ao pagamento de salários dos primeiros empregados empossados (Diretores, Coordenadores e Chefes de Serviços), conforme Quadro 18.

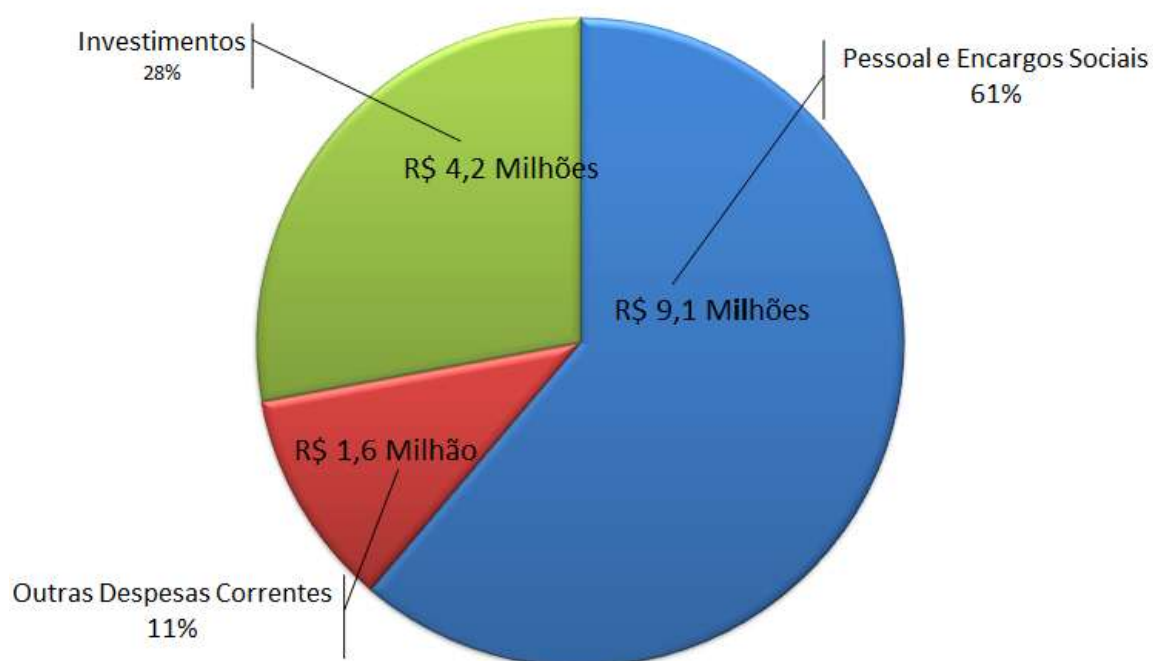
Com o início das operações da EBSEH e com apoio de algumas unidades administrativas do Ministério da Educação, o corpo técnico dedicou suas atenções à estruturação da empresa e ao processo de assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais. No contexto da estruturação física da empresa, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação – SPO/MEC descentralizou à EBSEH o montante de R\$ 2,0 milhões, com o objetivo de complementar o montante de investimentos necessários à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as instalações da empresa.

No âmbito do processo de assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais e tendo em vista a assinatura de contrato com a Universidade Federal do Piauí, foram adotados vários procedimentos com vistas ao início das atividades do Hospital Universitário/UFPI. Dentre eles, estão a realização de concurso público para a contratação de empregados em várias categorias profissionais e a contratação dos bens e serviços necessários ao funcionamento daquela unidade hospitalar. Para tanto, foi necessária a descentralização, pela SPO/MEC, do montante de R\$ 3,7 milhões em custeio e R\$ 2,3 milhões em investimentos, para viabilizar as contratações pretendidas (Quadro 18).

4.2.4. Execução orçamentária da despesa

Do montante de R\$ 76,7 milhões de dotações autorizadas (LOA + Créditos Adicionais), aproximadamente R\$ 14,4 milhões foram efetivamente executados: 61% destinados a pessoal e encargos sociais, 28% destinados aos investimentos necessários à estruturação da Sede da EBSEH e 11% aplicados em outras despesas correntes, em conformidade com o Gráfico 2.

Gráfico 2. Dotação Executada por Grupo de Despesa, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2012.



4.2.4.1. Execução da despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1. Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos Originários

Quadro 19. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	4.483.015,30	-	-	-
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	4.483.015,30	-	-	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	685.847,00	-	86.048,00	-
g) Dispensa	470.799,00	-	75.600,00	-
h) Inexigibilidade	215.048,00	-	10.448,00	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	9.598.046,85	-	9.598.046,85	-
j) Pagamento em Folha	9.598.046,85	-	9.598.046,85	-
k) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	115.263,61	-	71.123,61	-
6. Total (1+2+3+4+5)	14.882.172,76	-	9.755.218,46	-

Fonte: Siafi - Gerencial

Na execução da despesa orçamentária segundo a modalidade de contratação, as despesas com pagamento de pessoal totalizaram R\$ 9,5 milhões, computadas as despesas com salários (Pessoal e Encargos Sociais). Os benefícios Auxílio-Transporte e Auxílio-Alimentação (Outras Despesas Correntes) representaram 64% do valor despendido, enquanto que as despesas com a contratação bens e serviços totalizou R\$ 4,4 milhões na modalidade Pregão, ou seja, 30% da despesa total. As contratações diretas (Dispensas e Inexigibilidades) totalizaram R\$ 685,8 mil, o que representa 5% da despesa realizada, e as demais despesas, basicamente ajuda de custo a empregados, pequenos ressarcimentos e outros, não relacionadas à folha de pagamento ou a contratações em modalidades licitatórias, totalizaram R\$ 115,2 mil, ou seja, 1% da despesa total (Quadro 19).

4.2.4.1.2. Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários

Quadro 20. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$ 1,00								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	9.106.429	-	9.106.429	-	-	-	9.106.429	-
319004	2.518.141	-	2.518.141	-	-	-	2.518.141	-
319011	5.576.955	-	5.576.955	-	-	-	5.576.955	-
319013	222.550	-	222.550	-	-	-	222.550	-
319016	8.993	-	8.993	-	-	-	8.993	-
319113	779.790	-	779.790	-	-	-	779.790	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Não houve execução	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	1.620.916,19	-	648.789,89	-	972.126,30	-	648.789,89	-
339008	138,00	-	138,00	-	-	-	138,00	-
339037	154.349,05	-	-	-	154.349,05	-	-	-
339039	711.965,25	-	96.688,00	-	615.277,25	-	96.688,00	-
339046	482.069,58	-	482.069,58	-	-	-	482.069,58	-
339049	9.410,70	-	9.410,70	-	-	-	9.410,70	-
339093	60.483,61	-	60.483,61	-	-	-	60.483,61	-
339139	202.500,00	-	-	-	202.500,00	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	4.154.828,00	-	-	-	4.154.828,00	-	-	-
449052	4.154.828,00	-	-	-	4.154.828,00	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Não houve execução	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Não houve execução	-	-	-	-	-	-	-	-

Portanto, a contabilização das despesas segundo categoria econômica, grupo de despesa, natureza da despesa e estágio da execução em 31/12/2012 está demonstrada no Quadro 20.

4.2.4.2. *Execução orçamentária de créditos recebidos pela Unidade Jurisdicionada (UJ) por movimentação*

4.2.4.2.1. *Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação*

Quadro 21. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	5.323.976,02	-	3.305,56	-
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	5.323.976,02	-	3.305,56	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	51.199,00	-	23.855,00	-
g) Dispensa	51.199,00	-	23.855,00	-
h) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	5.375.175,02	-	27.160,56	-

Fonte: Siafi – Gerencial

Análise crítica:

A execução da despesa orçamentária, segundo a modalidade de contratação dos créditos recebidos pela EBSE RH para a contratação bens e serviços, totalizou R\$ 5,4 milhões. Destaca-se que 99% da despesa foram efetivadas na modalidade Pregão, ou seja, R\$ 5,3 milhões, e apenas 1% da despesa foi efetivada como contratação direta (Dispensa de Licitação), totalizando R\$ 51,1 mil (Quadro 21).

4.2.4.2.2. Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 22. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Não houve execução	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Não houve execução	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
339030	1.777.396,34	-	18.410,56	-	1.758.985,78	-	18.410,56	-
339030	1.474.540,61	-	15.105,00	-	1.459.435,61	-	15.105,00	-
339037	280.427,09	-	-	-	280.427,09	-	-	-
339039	22.428,64	-	3.305,56	-	19.123,08	-	3.305,56	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
449052	3.597.778,68	-	8.750,00	-	3.589.028,68	-	8.750,00	-
449052	3.597.778,68	-	8.750,00	-	3.589.028,68	-	8.750,00	-
5 – Inversões Financeiras	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Não houve execução	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Não houve execução	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

Portanto, a contabilização das despesas dos créditos descentralizados à EBSE RH segundo categoria econômica, grupo de despesa, natureza da despesa e estágio da execução em 31/12/2012, está demonstrada no Quadro 22.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO OÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos os seguintes itens e subitens que não se aplicam ao exercício de referência:

- 5.1. *Reconhecimento de passivos*
- 5.2. Pagamentos e cancelamentos de *restos a pagar* de exercícios anteriores
- 5.3.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que permanecerão vigentes no *Exercício de 2013* e os seguintes.
- 5.3.4. Informações sobre a *prestação de contas* relativa aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse e 5.3.5. Informações sobre a *análise da prestação de contas* relativa aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse: os créditos descentralizados no âmbito do Rehuf integram as prestações de contas anuais das Instituições Federais de Ensino Superior, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação vigente.
- 5.4. Informações sobre a utilização de *suprimentos de fundos*, contas bancárias tipo de cartões de pagamento do Governo Federal;
- 5.5. Informações sobre *Renúncia Tributária*.
- 5.6. Gestão de *precatórios*.

5.1. Transferências de recursos

5.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO										
CNPJ:					UG/GESTÃO: 152734/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	(*)	150229	HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES	5.150.168,04	-	5.150.168,04	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150224	HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS	2.617.918,79	-	2.617.918,79	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150247	COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA	6.569.901,83	-	6.569.901,83	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150244	HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	8.725.007,38	-	8.725.007,38	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150246	MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	4.256.891,59	-	4.256.891,59	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153173	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	24.167.620,00	-	24.167.620,00	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154040	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB	395.200,00	-	395.200,00	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154106	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA - HUB	4.639.912,51	-	4.639.912,51	-	01/01/2012	31/12/2012	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO										
CNPJ:					UG/GESTÃO: 152734/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	(*)	155007	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	6.130.182,35	-	6.130.182,35	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153047	HOSPITAL UNIVERSITARIO C. ANTONIO MORAIS/UFES	5.279.507,28	-	5.279.507,28	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153054	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFGO	8.249.114,34	-	8.249.114,34	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154072	HOSPITAL UNIVERSITARIO	13.981.331,81	-	13.981.331,81	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150221	HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFTM	6.641.671,45	-	6.641.671,45	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150231	HOSPITAL UNIVERSITARIO	9.266.119,11	-	9.266.119,11	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150233	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFU	12.326.682,92	-	12.326.682,92	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153261	HOSPITAL DAS CLÍNICAS/UFMG	11.090.329,21	-	11.090.329,21	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150248	HOSPITAL UNIVERSITARIO (HU/UFGD)	6.709.079,23	-	6.709.079,23	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154357	HOSPITAL UNIVERSITARIO MARIA AP. PEDROSSIAM	6.357.606,95	-	6.357.606,95	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154070	HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MULLER DA FUFMT	2.225.870,07	-	2.225.870,07	-	01/01/2012	31/12/2012	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO										
CNPJ:					UG/GESTÃO: 152734/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	(*)	150220	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA	1.825.485,77	-	1.825.485,77	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	158172	HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO	5.951.902,27	-	5.951.902,27	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153071	HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY-UFPB	5.187.577,19	-	5.187.577,19	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	158195	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	258.240,48	-	258.240,48	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	158196	HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIRO/UFCG	3.886.559,33	-	3.886.559,33	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153094	HOSPITAL DAS CLINICAS - UFPE	7.014.215,78	-	7.014.215,78	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150237	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFPI	1.394.854,95	-	1.394.854,95	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	151046	HOSPITAL VITOR DO AMARAL	485.270,00	-	485.270,00	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153808	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR	9.278.378,20	-	9.278.378,20	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150432	SUP. GERAL DO COMPLEXO HOSP.E DE SAUDE DA UFRJ	12.205.450,72	-	12.205.450,72	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153057	HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO	6.795.015,02	-	6.795.015,02	-	01/01/2012	31/12/2012	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO										
CNPJ:					UG/GESTÃO: 152734/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	(*)	154035	HOSPITAL UNIV. GAFFREE E GUINLE DA UNIRIO	4.119.555,56	-	4.119.555,56	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150426	UFRN - COMPLEXO HOSPITALAR DE SAUDE	10.596.999,42	-	10.596.999,42	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150218	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	9.098.675,46	-	9.098.675,46	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153610	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - HUSM	7.822.213,01	-	7.822.213,01	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154145	HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	9.129.497,79	-	9.129.497,79	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	155001	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	11.997.938,97	-	11.997.938,97	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150232	HOSPITAL UNIVERSITARIO - UFSC	4.892.304,15	-	4.892.304,15	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154177	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUFSE	3.212.510,46	-	3.212.510,46	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	152477	UNIFESP-HOSP. UNIVERSITARIO	3.384.199,19	-	3.384.199,19	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153031	UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	17.210.198,59	-	17.210.198,59	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150229	HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES	0.151.040,82	-	10.151.040,82	-	01/01/2012	31/12/2012	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO										
CNPJ:					UG/GESTÃO: 152734/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	(*)	150224	HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS	4.020.437,59	-	4.020.437,59	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150247	COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA	15.246.275,70	-	15.246.275,70	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150244	HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	31.148.605,20	-	31.148.605,20	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150246	MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	22.780.720,81	-	22.780.720,81	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154106	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA - HUB	28.146.492,92	-	28.146.492,92	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153047	HOSPITAL UNIVERSITARIO C. ANTONIO MORAIS/UFES	9.511.682,08	-	9.511.682,08	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153054	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFGO	10.167.737,64	-	10.167.737,64	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154072	HOSPITAL UNIVERSITARIO	31.614.619,50	-	31.614.619,50	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150221	HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFTM	19.439.883,92	-	19.439.883,92	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150231	HOSPITAL UNIVERSITARIO	34.728.143,84	-	34.728.143,84	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150233	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFU	33.649.573,68	-	33.649.573,68	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153261	HOSPITAL DAS CLÍNICAS/UFMG	30.018.189,81	-	30.018.189,81	-	01/01/2012	31/12/2012	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO										
CNPJ:					UG/GESTÃO: 152734/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	(*)	150248	HOSPITAL UNIVERSITARIO (HU/UFGD)	15.675.097,08	-	15.675.097,08	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154357	HOSPITAL UNIVERSITARIO MARIA AP. PEDROSSIAM	46.529.816,04	-	46.529.816,04	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154070	HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MULLER DA FUFMT	5.351.861,20	-	5.351.861,20	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150220	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA	404.607,69	-	404.607,69	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	158172	HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO	23.697.095,76	-	23.697.095,76	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153071	HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY-UFPB	3.762.092,70	-	3.762.092,70	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	158196	HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIRO/UFCG	2.817.255,85	-	2.817.255,85	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153094	HOSPITAL DAS CLINICAS - UFPE	11.712.598,47	-	11.712.598,47	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	151046	HOSPITAL VITOR DO AMARAL	969.856,93	-	969.856,93	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153808	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR	9.743.347,63	-	9.743.347,63	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150432	SUP.GERAL DO COMPLEXO HOSP.E DE SAUDE DA UFRJ	22.635.494,89	-	22.635.494,89	-	01/01/2012	31/12/2012	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO										
CNPJ:					UG/GESTÃO: 152734/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	(*)	153057	HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO	9.367.426,40	-	9.367.426,40	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154035	HOSPITAL UNIV. GAFFREE E GUINLE DA UNIRIO	5.184.048,66	-	5.184.048,66	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150426	UFRN - COMPLEXO HOSPITALAR DE SAUDE	11.366.783,24	-	11.366.783,24	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150218	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	13.565.634,13	-	13.565.634,13	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153610	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - HUSM	17.638.055,18	-	17.638.055,18	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154145	HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	13.318.452,75	-	13.318.452,75	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	155001	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	22.180.640,12	-	22.180.640,12	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	150232	HOSPITAL UNIVERSITARIO - UFSC	7.302.117,86	-	7.302.117,86	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	154177	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUFSE	4.615.651,44	-	4.615.651,44	-	01/01/2012	31/12/2012	1
3	(*)	153031	UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	32.646.964,98	-	32.646.964,98	-	01/01/2012	31/12/2012	1

(*) Portarias de Descentralização de Créditos e Termos de Cooperação.

LEGENDA: Modalidade: 1- Convênio; 2- Contrato de Repasse; 3- Termo de Cooperação; 4- Termo de Compromisso.

Situação da Transferência: 1- Adimplente; 2- Inadimplente; 3- Inadimplência Suspensa; 4- Concluído; 5- Excluído; 6- Rescindido; 7- Arquivado.

Fonte: Siafi - Gerencial

Análise crítica:

O Quadro 22 demonstra a movimentação dos créditos orçamentários do Programa Rehuf, alocados na unidade orçamentária do Ministério da Educação e descentralizados aos Hospitais Universitários por meio de planos de trabalho e edição de portarias de descentralização de crédito, conforme os dados extraídos do Siafi.

5.1.2. Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 23. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	152734/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	-		-	-
Contrato de Repasse	-	-	-		-	-
Termo de Cooperação	87	-	-	280.527.157,17	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-		-	-
Totais	87	-	-	280.527.157,17	-	-

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	MINISTÉRIO DA SAÚDE					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	257001/36901					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	15	-	-	561.108.302,51	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	15	-	-	561.108.302,51	-	-

Fonte: Siafi - Gerencial

Análise crítica:

Os créditos orçamentários alocados na unidade orçamentária do Ministério da Educação e descentralizados aos Hospitais Universitários por meio de planos de trabalho e edição de portarias totalizaram R\$ 280,5 milhões, viabilizados em aproximadamente em 87 instrumentos entre planos de trabalhos e portarias editadas (Quadro 23).

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos os seguintes subitens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

- *6.2.1. Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão, 6.2.2. Informações sobre a substituição de terceirizados em decorrência da realização de concurso público e 6.2.3. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concursos públicos para a substituição de terceirizados:* a EBSEH adota como prática a não contratação de prestadores de serviços para funções sejam abrangidas pelo plano de cargos da empresa. Dessa forma, não há contratações de serviços terceirizados, além das estabelecidas no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997.
- *6.2.6. Composição do quadro de estagiários:* a Empresa não possui quadro de estagiários;
- *6.1.1. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade:* não houve afastamentos no exercício de referência.
- *6.1.4. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas:* não havia servidores inativos e nem aposentadorias iniciadas no exercício de referência.
- *Quadro A.6.11. Regularidade do cadastro dos atos no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos e Admissão e Concessões (Sisac):* ver Introdução deste capítulo.
- *6.1.7.2. Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico e 6.1.7.3. Informação da atuação do órgão de controle interno sobre os atos:* não houve, no exercício de referência, atos desse tipo.
- *6.1.8. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos:* ainda não foram estabelecidos, ver Introdução deste capítulo.

Introdução:

A EBSEERH, conforme descrito anteriormente, foi criada pela Lei nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011. Nesse contexto, a Diretoria de Gestão de Pessoas da Empresa mantém articulação sistemática e constante com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Dest/MPOG). Apesar do curto espaço de tempo e do quantitativo reduzido da força de trabalho inicial, foram elaborados e aprovados os seguintes instrumentos na área de gestão de pessoas:

- O quadro de pessoal da Empresa foi fixado inicialmente pelo Dest/MPOG, por meio dos Ofícios Dest/MPOG nº 223 e 574, em 22/06/2012.
- Plano de Cargo, Salários e Carreiras da EBSEERH – Ofício nº 734/ Dest/MPOG, de 09/08/12;
- Plano de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas HU/UFPI – Ofício nº 736/ Dest/MPOG, de 09/08/12, aditado pelo Ofício nº 993/Dest/MPOG, de 03/10/2012;
- Plano de Benefícios da EBSEERH – Ofício nº 1.118/ Dest/MPOG, de 08/11/2012; e
- O quadro de pessoal da primeira filial da EBSEERH, o HU/UFPI, foi fixado em 09/08/2012, por meio do Ofício nº 735/Dest/MPOG.

Após a aprovação do quadro funcional da sede, as contratações vêm ocorrendo de forma gradativa e em consonância com as Portarias Dest/MPOG nº 06/2012, nº14/2012 e nº 18/2012. Inicialmente, as nomeações ocorreram para 40 Cargos Comissionados de livre provimento. Em junho de 2012, com a aprovação do quadro de pessoal da sede da EBSEERH, foi possível a nomeação das chefias de serviço e a elaboração dos editais para a contratação de empregados temporários. Durante a vigência dos contratos temporários, foi realizado o Concurso Público nº 01/2012, visando nomear os cargos efetivos.

Apesar de possuir um quadro de empregados recém-contratado e ainda em quantidade insuficiente, a Empresa está envidando esforços na estruturação de mecanismos de controle e sistemas de informações na área de gestão de pessoas. No caso da Folha de Pagamento e de Controle de Ponto Eletrônico, a aquisição dos

sistemas está em andamento, de forma que as operações estão sendo realizadas manualmente, o que dificulta o melhor fornecimento e estruturação das informações.

Com relação à demonstração do cadastramento no Sisac, atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, e demais subitens não passíveis de avaliação no exercício de referência, destaque-se que:

- O Ministro da Educação, por meio da Portaria nº 442/2012, disponibilizou as unidades da administração direta daquele Ministério para a colaboração necessária de apoio à EBSEH na execução de suas atividades. Por esse motivo, até dezembro/2012, as informações cadastrais e as relativas ao pagamento de pessoal, especificamente quanto ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siap), foram processadas exclusivamente pela Coordenação-Geral de Pessoas, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação.
- Em outubro de 2012, mediante a autorização de nomeações das funções gratificadas para a sede e fixação do quadro de pessoal, foram adotadas as providências para a realização do processo seletivo simplificado para contratação temporária de empregados, tanto para sede quanto para o HU/UFPI. A partir de então, os contratos foram efetivados e o primeiro pagamento ocorreu por folha suplementar, para o HU/UFPI, em dezembro de 2012. O quadro de pessoal da sede foi admitido após o mês de novembro/2012 e o pagamento será efetuado na folha de janeiro de 2013.
- A EBSEH, desde o início de suas atividades, e por ser uma empresa dependente do Tesouro Nacional, executa a folha de pagamento de seus empregados por meio do Siap. Isso permite o cruzamento de dados, próprio desse Sistema, o que proporciona maior segurança na elaboração da folha de pagamento, evitando-se pagamentos em duplicidade, acumulação indevida de cargos/empregos públicos, entre outros.
- Entretanto, o Siap está mais voltado para as prescrições da Lei nº 8112/1990, e precisa ser aperfeiçoado para melhor atender as determinações da Consolidação de Leis do Trabalho (CLT). Como exemplo, citam-se a geração automática da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), a flexibilização de datas para o cumprimento dos prazos legais e os cálculos referentes a rescisões contratuais, que não são parametrizados. Outra inadequação do Sistema ocorre quando um

empregado é admitido após o fechamento da folha, pois não é possível pagá-lo até o 5º dia do mês subsequente à data de ingresso, conforme previsto na CLT.

- Esta dificuldade obrigou a EBSEH a buscar alternativas, como o pagamento por meio da elaboração de folha de pagamento extra Siap, sempre que necessário, para cumprir os prazos legais. Entretanto, essa atividade demanda cálculos manuais, que requerem inúmeras revisões, para garantir a sua exatidão.
- Outra questão a ser considerada se refere aos procedimentos de segurança de acesso ao Sistema. Apenas os servidores ocupantes de cargos comissionados ou cargos efetivos obtiveram senha de acesso ao Siap, situação restrita a apenas três pessoas até a presente data, o que tem consumido a maior parte do tempo no processamento da folha. Somente a contratação dos empregados concursados para compor o quadro definitivo dará as condições adequadas para o cumprimento de todas as atividades que envolvem a folha de pagamento, registros e demais demandas dos órgãos de fiscalização e controle.
- A Empresa, portanto, está ciente da necessidade do encaminhamento dos atos de admissão, desligamentos e do preenchimento do Sisac. Com a contratação dos concursados que substituirão o quadro de contratados por prazo determinado, serão destacados empregados para efetuar todos os registros e disponibilizá-los, em cumprimento à IN TCU nº 55/2007. Dessa forma, a situação será regularizada ainda no exercício de 2013.

6.1. Composição do quadro de servidores ativos

6.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da EBSE RH

Quadro 24. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	258	73	73	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	258	73	73	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	258	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	73	73	0
2. Servidores com Contratos Temporários	429	388	388	5
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	32	32	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	687	493	493	6

Fonte: Siape

6.1.2. Qualificação da força de trabalho

Quadro 25. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

(Situação em 31 de dezembro de 2012)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	105	105	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	105	105	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	73	73	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	32	32	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	105	105	1

Fonte: Siape

6.1.2.1. Qualificação do quadro de pessoal segundo idade

Quadro 26. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	148	168	53	19	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	148	168	53	19	0
2. Provedimento de Cargo em Comissão	7	37	33	24	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	37	33	24	4
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	155	205	86	43	4

Fonte: Siape

6.1.2.2. Qualificação do quadro de pessoal segundo escolaridade

Quadro 27. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	220	168	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	220	168	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	105	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	105	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	220	273	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape

6.1.3. Demonstração dos custos de pessoal

Quadro 28. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais (férias e 13º)	Indenizações (auxílios)	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	4.311.646,26	-	-	206.080,39	961.922,28	-	-	-	-	5.479.648,93
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	3.804.559,23	-	-	167.835,07	79.432,35	-	-	-	-	4.051.826,65
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siape (outubro, novembro e dezembro de 2012)

Foram excluídas do Quadro as seguintes tipologias, por não terem despesas no exercício de referência: Membros de Poder e Agentes Políticos; Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão; Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença; Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial; e Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas.

6.1.4. Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Todos os empregados, temporários ou definitivos, apresentam, no ato da contratação, declaração de acumulação de cargos, empregos e funções. Diante de qualquer indício de irregularidade, é solicitada a apresentação de documentação para a regularização da contratação. Com a folha de pagamento executada no Siape e consequente cruzamento de dados, a maioria das situações de indícios de irregularidade de acumulação de cargos, empregos e funções são detectadas, antes mesmo da inclusão na folha de pagamento. Os empregados contratados por prazo indeterminado, ao completarem um ano de atividade na Empresa, preencherão novamente a declaração de acumulação, para fins de análise.

6.1.5. Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Todos os casos de indícios de acumulação indevida são analisados no momento da contratação. Quando confirmados, serão adotadas as providências do art.133 do Regime Jurídico Único.

6.1.6. Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros de comunicação

6.1.6.1. Atos sujeitos à comunicação do Tribunal por intermédio do Sistema de Avaliação e Registro dos Atos e Admissão e Concessões

Quadro 29. Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no Sisac*	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011**	2012	2011**
Admissão	473	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	473	-	-	-

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/EBSERH.

* Ver Introdução deste Capítulo.

** Não se aplica.

Quadro 30. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no Sisac	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011**	2012	2011**
Desligamento	6	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	6	-	-	-

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/EBSERH.

* Ver Introdução deste Capítulo.

** Não se aplica.

6.2. Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários

6.2.1. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Quadro 31. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares													
UG/Gestão: 26443					CNPJ: 11.432.298/0001-25								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	11/2012	11.818.593/0001-14	17/12/2012	16/12/2013	9	3	0	1	0	0	A
Observações:													
Tendo em vista que o ano de 2012 se caracterizou pelo início da implantação da EBSE RH, e que somente no final de dezembro/2012 foi iniciada a ocupação de sua sede, não houve tempo hábil para o início da prestação do serviço de vigilância no exercício.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Fiscais de contrato da EBSERH

6.2.2. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos

Quadro 32. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares													
UG/Gestão: 26443					CNPJ: 11.432.298/0001-25								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	39/2012	08.139.629/0001-29	26/12/2012	25/12/2013	0	0	6	1	0	1	A
2012	12	O	39/2012	08.139.629/0001-29	26/12/2012	25/12/2013	2	1	21	4	0	2	A
Observações: Tendo em vista que o ano de 2012 se caracterizou pelo início da implantação da EBSEH, e que somente no final de dezembro/2012 foi iniciada a ocupação de sua sede, não houve tempo hábil para o início da prestação de outros serviços no exercício.													
LEGENDA													
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Fiscais de contrato da EBSEH

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos os seguintes subitens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

- *7.1. Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros:* a EBSERH não iniciou a gestão de frota de veículos no exercício em referência, tendo em vista o início da implantação da Empresa e o fato de que a ocupação da sede própria começou em dezembro/2012. A empresa utilizou, durante o exercício, a frota e os serviços do Ministério da Educação.
- *7.2.1. Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial e 7.2.3. Discriminação dos bens imóveis (de propriedade da União):* a sede própria, disponibilizada por intermédio de contrato de locação de imóvel, começou a ser ocupada em dezembro/2012. Em relação ao contrato de locação, destaca-se que houve consulta prévia à Secretaria de Patrimônio da União, do MPOG, sobre a disponibilidade de imóvel com as características necessárias à implantação da sede da Empresa, e a resposta foi negativa.

7.2. Gestão do patrimônio imobiliário

7.1.1. Distribuição espacial de bens locados de terceiros

Quadro 33. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Distrito Federal	1	0
	Brasília	1	0
Subtotal Brasil		1	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	0

Fonte: Fiscais de contrato da EBSERH

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. Gestão da tecnologia de informação (TI)

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos que o Quadro A.8.1 da Portaria TCU nº 150/2012, denominado “*Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada*”, não foi passível de avaliação, em vista de a Diretoria ter sido implantada em novembro de 2012. Foi incluída a análise crítica desse item.

Análise crítica:

Conforme abordado anteriormente, a EBSEH foi criada em 2011 e a sua estruturação organizacional aconteceu ao longo do ano de 2012, sendo consolidada inicialmente em outubro de 2012, quando o Regimento Interno da Empresa foi publicado. Em novembro de 2012, o Diretor da Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI) foi nomeado e empossado.

Até o final de 2012, a DGPTI deu ênfase à constituição de sua equipe técnica, com a nomeação de coordenadores e assessores. Assim, o ano de 2012 representou o marco inicial de estruturação e programação dessa área dentro da Empresa, não havendo elementos suficientes para avaliar os itens previstos nesta seção, tais como elaboração e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; definição do desempenho institucional da gestão; e auditoria na área de Tecnologia da Informação (TI).

Cabe informar, ainda, que em 2012 a Empresa utilizou recursos tecnológicos do Ministério da Educação, por meio da Portaria MEC nº 442 de 25/04/2012, seguindo as políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI deste Ministério. Assim, não foi realizado o inventário dos ativos de informação e a gestão de incidentes de segurança da informação. Conclui-se, portanto, que em 2012, tendo em vista que a DGPTI foi instituída ao final do exercício, não teve atuação relevante aplicada aos itens que são objeto do levantamento desta seção.

9. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos a não aplicação do subitem 9.2. *Consumo de papel, energia elétrica e água*: a ocupação da sede própria aconteceu em dezembro de 2012, portanto, não houve tempo hábil para iniciar as adesões a programas de sustentabilidade no exercício, nem há como mensurar o consumo e gastos com os recursos em questão nos períodos citados.

9.1. Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro 34. Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	As boas práticas de sustentabilidade ambiental foram acrescentadas aos Termos de Referência da EBSEH, tendo sido utilizado como referência o Guia de Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP - AGU				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	Os eletrodomésticos adquiridos para a sede da empresa têm baixo consumo de energia elétrica. As persianas adquiridas promovem redução de calor e diminuição com custos dos condicionadores de ar.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, etc.)?					
LEGENDA – Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Deliberações do Tribunal de Contas da União e do Órgão de Controle Interno no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares					117267
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	011.772/2010-7	1.223/2012	-	Recomendação	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					4488
Descrição da Deliberação					
O Acórdão 1.233/2012 tem o objetivo de avaliar se a gestão e o uso de tecnologia de informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					4488
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Embora trate de determinações/recomendações dirigidas ao Dest/MPOG, esse Acórdão repercute sobre a atuação e gestão da EBSEH. Dessa forma, foi enviado aos setores responsáveis desta Empresa, para conhecimento e providências, mediante despachos da Presidência. Seu atendimento pela EBSEH será acompanhado e informado ao TCU durante o exercício de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares					117267
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	015.570/2011-8	2.523/2012	-	Recomendação	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					4488
Descrição da Deliberação					
O Acórdão nº 2.523/2012 teve como objeto o relatório da fiscalização de orientação centralizada, cujo objetivo foi avaliar o tratamento dado aos riscos e às práticas de governança adotadas pelas empresas estatais na gestão e uso de sistemas integrados de gestão.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					4488
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Embora trate de determinações/recomendações dirigidas ao Dest/MPOG, esse Acórdão repercute sobre a atuação e gestão da EBSEH. Dessa forma, foi enviado aos setores responsáveis desta Empresa, para conhecimento e providências, mediante despachos da Presidência. Seu atendimento pela EBSEH será acompanhado e informado ao TCU durante o exercício de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica.					

Observação sobre o Acórdão nº 3.463/2012 – TCU/Plenário: adicionalmente, cumpre destacar que, dentre os objetivos da EBSEH, destaca-se a recomposição da força de trabalho nos hospitais que aderirem à sua gestão, por meio da contratação de pessoal, por concurso público, em regime permanente (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT). Nesse sentido, a Empresa tem acompanhado os Acórdãos do TCU que determinam a substituição gradual de terceirizados irregulares no âmbito da Administração Pública Federal. O Acórdão nº 3.463/2012 – TCU/Plenário informou que esse processo será objeto de exame sistêmico no âmbito dos respectivos processos de contas anuais, inclusive das Instituições Federais de Ensino Superior.

10.2. Recomendações do Órgão de Controle Interno no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares			117267
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	-	-	Ofício nº 36231/DSEDUI/DS/SFC/CGU-PR, de 04 de dezembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares			117267
Descrição da Recomendação			
Por meio da Comunicação Expedida acima citada, a Controladoria-Geral da União sugeriu a inclusão das seguintes normas no Regimento Interno da Empresa, com o objetivo de “preservar a boa governança da Empresa e a independência dos trabalhos da Auditoria”: • que a Unidade de Auditoria Interna possua autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias; • que os departamentos da organização devam apresentar, tempestiva e obrigatoriamente, informações solicitadas pela Unidade de Auditoria Interna; • que a Unidade de Auditoria Interna tenha a possibilidade de obter apoios necessários dos servidores das unidades submetidas a auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário; • vedação à participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão, conforme determina o art. 1º, alínea “d” da Resolução/CGPAR/nº 2, de 31/12/2010, e • previsão no Regimento Interno do atendimento expresso ao art. 1º, alínea “b” da Resolução/CGPAR/nº 3, de 31/12/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares			117267
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A recomendação da Controladoria-Geral da União foi recebida por meio do Memorando nº 16/2012-AUDIT/EBSERH/MEC, de 17 de dezembro de 2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O recebimento da recomendação ocorreu na semana anterior ao recesso de final do ano dos órgãos da Administração Pública Federal. Assim, seu atendimento pela EBSERH será acompanhado e informado à Controladoria-Geral da União no exercício de 2013.			

10.3. Informações sobre a atuação da Auditoria Interna

A) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:

A unidade de Auditoria Interna (Audit) da EBSEERH, no exercício de suas competências, atua com vinculação hierárquica ao Conselho de Administração, nos termos do art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e apoio administrativo da Presidência da EBSEERH, que, por sua vez, proverá os meios e condições necessários à execução das suas atribuições.

B) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:

Foram executadas Ações de Organização e Controle, atingindo-se os seguintes objetivos e resultados:

- a) Elaboração do Código de Ética da Audit/EBSEERH;
- b) Elaboração do Regulamento Interno da Audit/EBSEERH;
- c) Implementação da Comissão de Controle Interno (CCI) na Empresa;
- d) Acompanhamento dos acórdãos do Tribunal de Contas da União, relatórios da Controladoria-Geral da União e Conselhos de Administração e Fiscal com determinações e recomendações para as diretorias EBSEERH;
- e) Apresentação das irregularidades, determinações e recomendações já identificadas pelos Órgãos de Controle no planejamento da Empresa;
- f) Obtenção das informações que possibilitem o fiel dimensionamento da estrutura de controle necessária em cada HUF;
- g) Elaboração do Plano de Atividades da Auditoria Interna (Paint), exercício 2013, em conformidade com os instrumentos legais vigentes;
- h) Atualização dos conhecimentos técnicos específicos às atividades de auditoria, e
- i) Aperfeiçoamento das técnicas de controle utilizadas.

C) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência:

A Auditoria Interna, no exercício de 2012, formulou 7 (sete) recomendações ao gestor, que atendeu integralmente a 3 (três) e tomou ciência de 4 (quatro), cujo atendimento será acompanhado periodicamente, bem como recomendação da Controladoria-Geral da União, com o objetivo de fortalecer a autonomia da unidade de auditoria interna.

D) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna:

O acompanhamento das recomendações formuladas pela Auditoria Interna é consolidado em uma planilha denominada **Plano de Providências** contendo: o setor responsável, o objeto, a forma do encaminhamento, as ações a serem implementadas, manifestação do gestor, o prazo de atendimento e o status de atendimento, sendo sua implementação verificada por meio de emissão periódica ao gestor de Solicitação de Auditoria (SA), bem como a emissão da opinião da equipe de auditoria por meio de Relatório de Acompanhamento das ações.

E) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna:

Considerando a amplitude dos serviços desenvolvidos por esta Empresa, bem como o início da sua atividade principal de gestão dos 45 Hospitais Universitários em todo país, aliado às restrições estruturais e de pessoal que tal momento nos impõe, faz-se imprescindível a utilização de aplicativos que facilitem, integrem e otimizem o trabalho das equipes de auditoria nos HUs e na sede. A partir destas premissas, a Audit propôs ao Presidente da Empresa, aquisição de sistema de software livre, fazendo o acompanhamento das suas atividades em planilha.

F) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações:

A certificação ocorre através da ciência proferida pelos gestores em reuniões mensais do Conselho de Administração, bem como pelo ciente obtido em memorandos e documentos enviados aos gestores da Empresa.

G) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna:

A sistemática de comunicação à alta gerência sobre riscos considerados elevados ocorre por meio de reuniões mensais com o Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. Com a alta gerência ocorre por meio de documentos e memorandos ou, quando necessário, por meio de reuniões elucidativas com o Presidente e Diretores

10.4. Declaração de Bens e Renda estabelecida na Lei nº 8.730/1993

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos, em relação ao subitem 10.3. Declaração de Bens e Rendas estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, que todos os servidores autorizaram o acesso aos dados do Imposto de Renda/Receita Federal.

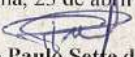
10.5. Declaração de Atualização de Dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv)

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Pedro Paulo Sette de Moraes, CPF nº 505.678.021-91, Coordenador de Administração, exercido na Diretoria Administrativa Financeira, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 23 de abril de 2013.


Pedro Paulo Sette de Moraes

505.678.021-91

Coordenador de Administração da EBSEH

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos os seguintes subitens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

- *11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas pela Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008:* não se aplica, pois a Empresa executou sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).
- *11.5.2. Composição acionária da UJ como investidora:* não se aplica à natureza da Empresa.
- *11.6. Parecer de auditoria independente:* conforme consta no Acórdão 419/2010 – Plenário – “as empresas públicas apenas estão obrigadas a contratar auditoria independente para auditar suas demonstrações contábeis no caso de expressa previsão legal ou estatutária, tendo em conta o disposto no art. 16, parágrafo único, do Decreto nº 3.591/2000.”

11.1. Composição acionária da EBSEH

11.1.1. Composição acionária do capital social como investida

Quadro 35. Composição acionária do capital social.

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2012				
Denominação completa				
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS*		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional	100%		
	Outras Entidades Governamentais	-		
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-		
	Ações em Tesouraria	-		
	% Governo	100%		
Free Float	Pessoas Físicas	-		
	Pessoas Jurídicas	-		
	Capital Estrangeiro	-		
	% free float	-		
Subtotal Ordinárias (%)		100%		
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional	-		
	Outras Entidades Governamentais	-		
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-		
	Ações em Tesouraria	-		
	% Governo	0%		
Free Float	Pessoas Físicas	-		
	Pessoas Jurídicas	-		
	Capital Estrangeiro	-		
	% free float	0%		
Subtotal Preferenciais (%)			-	
Total		100%	100%	100%

(*) Conforme Lei Federal nº 12.550, de 15.12.11, e Decreto nº 7.661, de 28.12.11, o Capital Social pertence integralmente à União e não foi prevista a emissão de ações.

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira da EBSEH.

ANEXO: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS, PELA LEI 6.404/1976

Diretoria Administrativa Financeira da EBSEH

EXERCÍCIO - 2012

DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

Diretor: Walmir Gomes de Sousa

DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

Diretor: Walmir Gomes de Sousa

Assessoria

Assessor: Rodrigo Sousa Dittz

Assessor: Éder Carlos Caetano de Almeida

Coordenação de Administração

Coordenador: Pedro Paulo Sette de Moraes

Coordenador de Orçamento de Finanças

Coordenador: Marco Antônio Alves Corrêa

Coordenação de Avaliação e Controladoria

Coordenador: Walter Lucio Silva Pacheco

Relatório de Informações Contábeis

Elaboração: Walter Lucio Silva Pacheco – CRC DF – 008913/0-3

1. APRESENTAÇÃO

Com vistas a dar cumprimento à Lei 6.404/76, as demonstrações contábeis e notas explicativas estão apresentadas para atender àquele dispositivo legal, em razão de que o Siafi ainda não está plenamente estruturado para dar cumprimento a todos os aspectos daquela Lei e alterações subsequentes. As demonstrações contábeis foram apuradas até o mês de dezembro de 2012. Os registros dez/12 e dezembro/12 referem-se aos saldos existentes até o mês dezembro de 2012.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo.

a. Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as disposições contidas na legislação societária (Lei 6404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei nº 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, por conseguinte, em consonância com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS - International Financial Reporting Standards), emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

A EBSEERH está envidando os esforços necessários para que os registros contábeis referentes às suas atividades estejam de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público – IPSAS (International Public Sector Accounting Standards).

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

b. Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)

A base de elaboração foi extraída do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), sistema financeiro do governo federal.

c. Ajustes nas Demonstrações Contábeis

O Siafi não está totalmente estruturado para elaborar e disponibilizar os demonstrativos contábeis para atender a Lei 6404/76 e alterações subsequentes em todos os seus aspectos. Nesse sentido, a EBSEERH realizou ajustes nas Demonstrações Contábeis para uma melhor transparência e espelhar a realidade dentro das Normas Brasileiras de Contabilidade e Normas Contábeis Internacionais. Os ajustes realizados se referem ao capital social subscrito/integralizado, ao termo de cooperação e à dívida existente da EBSEERH para com o Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES.

d. Operações com Moeda Estrangeira

A EBSEERH não realizou operações em moeda estrangeira.

3. BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2012 – LEI 6.404/76

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES EBSEH
CNPJ 15.126.437/0001-43
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
BALANÇO PATRIMONIAL
 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

R\$1,00			
ATIVO	5.427.692,16	PASSIVO	5.427.692,16
ATIVO CIRCULANTE	5.418.942,16	PASSIVO CIRCULANTE	463.173,12
Caixa ¹	5.384.209,46	Consignações	3.869,62
Recursos a receber - Termo de cooperação ²	5.405.679,07	lades (contrato) ⁵	459.303,50
(Retificação - Recursos a receber - Termo de cooperação ^{2.1})	(5.405.679,07)		
Adiantamentos concedidos ³	34.732,70		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.750,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.964.519,04
Imobilizado ⁴	8.750,00	Capital Social Integralizado ⁶	5.000.000,00
		Prejuízo do exercício ⁷	(35.480,96)

Notas Explicativas:

- 1- Disponibilidades à disposição da instituição para uso imediato;
- 2- Direito da EBSEH em receber recursos em face da instalação de novas filiais e aquisições em andamento;
- 2.1- Retificação em razão de o Siafi não ter possibilitado evento apropriado para retratar o fato gerador referente à retificação da conta “Recursos a Receber – Termo de cooperação”, por ocasião do encerramento do período referente ao ano de 2012;
- 3- Valor de adiantamento concedido para pagamento de 13º salário;
- 4- Faz referência a valor de imobilizado. Encontra-se em andamento, processo para aquisição de imobilizado compatível com as necessidades da matriz e filiais da EBSEH;
- 5- Pagamento a ser realizado ao Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES por serviços prestados na realização de concursos para a EBSEH, conforme Contrato Administrativo 01/2012 e 05/2012, de 27.08.2012 e 18.10.2012, respectivamente;
- 6- Capital social integralizado pelo acionista;
- 7- Resultado diminutivo do Patrimônio líquido referente às atividades do período.

4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – LEI 6.404/76

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES EBSEH
CNPJ 15.126.437/0001-43
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	R\$1,00
RECEITA¹	9.719.248,06
RECEITA NÃO OPERACIONAL - CONCURSO²	1.566.500,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.081.562,50)
(-) RESTITUIÇÃO PARA O IADES - CONCURSO³	(1.081.562,50)
RECEITA BRUTA	10.204.185,56
DESPESAS	9.780.363,02
DESPESAS OPERACIONAIS⁴	9.780.363,02
LUCRO BRUTO	423.822,54
DESPESA NÃO OPERACIONAL	459.303,50
(-) RESTITUIÇÃO PARA O IADES⁵	459.303,50
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO⁶	(35.480,96)

Notas Explicativas:

- 1- Representa a receita advinda de recursos transferidos pela UNIÃO para funcionamento da EBSEH;
- 2- Arrecadação proveniente de tarifas recebidas pela EBSEH pelos concursos realizados, conforme determina contrato formalizado com o Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES;
- 3- Pagamento, para o IADES, por serviços prestados na realização dos concursos para a EBSEH;
- 4- Valores utilizados para pagamento de despesas pela EBSEH nas suas atividades;
- 5- Resultado diminutivo do patrimônio líquido.